

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO SUPERIOR DE GESTÃO PÚBLICA

Marcela Menezes Costa

**Pobreza Multidimensional e Raça:  
o que o Índice de Pobreza Multidimensional tem a dizer para Minas  
Gerais?**

Belo Horizonte

2015

Marcela Menezes Costa

**Pobreza Multidimensional e Raça:  
o que o Índice de Pobreza Multidimensional tem a dizer para Minas  
Gerais?**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em  
Gestão Pública da Universidade Federal de Minas  
Gerais, como requisito parcial para conclusão de  
curso.

Orientadora: Telma Maria Gonçalves Menicucci

Belo Horizonte

2015

## Sumário

1. Introdução.....	3
2. Pobreza multidimensional e a questão racial no Brasil.....	5
2.1. Pobreza – um conceito e múltiplas definições.....	5
2.2. A questão racial no Brasil.....	11
3. Demarcação do objeto e metodologia.....	15
3.1. Método Alkire-Foster.....	16
3.1.2. Vantagens de utilização do método.....	19
3.2. O IPM Padrão.....	21
3.3. Índice de Pobreza Multidimensional em Minas Gerais.....	23
4. Resultados: o que a PAD 2013 diz sobre a pobreza multidimensional em Minas Gerais – um olhar sobre raça e pobreza.....	26
4.1. Análise descritiva da privação dos indivíduos quanto aos indicadores.....	27
4.2. Incidência (H) da pobreza multidimensional, Intensidade (A) média das privações compartilhadas pelos indivíduos pobres e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).....	29
4.2.1. Incidência da Pobreza Multidimensional por Região de Planejamento e por raça	31
4.3. Pobreza Monetária x Pobreza Multidimensional.....	33
4.3.1. Diferentes domicílios pobres.....	36
5. Considerações Finais.....	43
Bibliografia.....	45

## 1. INTRODUÇÃO

A sobrerrepresentação de indivíduos pretos e pardos entre os grupos mais vulneráveis e desfavorecidos socialmente no Brasil, comprovada e refletida nos principais indicadores socioeconômicos, escancaram a desigualdade racial existente no país.

A realização educacional, o mercado de trabalho, o posicionamento na estratificação social e inclusive a atividade política, aspectos que influenciam a situação socioeconômica dos indivíduos, são comprovadamente desiguais para indivíduos negros em relação aos indivíduos brancos, conforme apontam os estudos dos principais expoentes nesse assunto, Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva (2003).

Nesse sentido, mitigar tais desigualdades e melhorar as condições de vida de indivíduos e grupos socialmente desfavorecidos – no caso, os negros -, deveriam se tornarem objetivos da intervenção estatal. A atuação do Estado, por sua vez, é necessariamente orientada por concepções e diagnósticos (mais ou menos robustos) da realidade social.

No intuito de contribuir, portanto, para a compreensão e reflexão sobre a condição de pobreza de indivíduos que se autodeclaram pretos ou pardos, em comparação com a condição de pobreza dos indivíduos que se autodeclaram brancos, este estudo discute as concepções de pobreza existentes e possíveis de serem utilizadas, bem como apresenta o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de Minas Gerais, explorando o que este índice tem a dizer para indivíduos das raças branca, preta e parda.

À parte as divergências acerca de quais são os enfoques existentes no estudo sobre a pobreza, é possível delimitar uma divisão clássica entre enfoques exclusivamente monetários e concepções mais abrangentes que levam em consideração aspectos não monetários do fenômeno, em geral denominadas concepções multidimensionais.

O enfoque dominante na produção científica e mesmo na atuação governamental é o enfoque monetário, que se pauta na ausência ou insuficiência de renda como informação básica para definição e mensuração da pobreza. Os enfoques multidimensionais, no entanto, têm ganhado cada vez mais visibilidade por serem capazes de apontar outros aspectos da pobreza que não estão relacionados diretamente com a insuficiência de renda ou mesmo não estão explícitos na análise unidimensional – como falta de acesso a bens e serviços governamentais, convívio com diversas formas de preconceito e baixa autoestima. Esses enfoques têm conseguido propor formas mais abrangentes de mensuração do fenômeno e, conseqüentemente, podem levantar informações úteis e complementares às políticas de combate à pobreza empreendidas pelos

governos.

Nesse sentido, limitado à dificuldade de operacionalização de medidas multidimensionais, será realizado neste trabalho o exercício da aplicação de uma medida multidimensional, complementar à medida monetária, que visa dimensionar a pobreza. A medida se trata do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), proposta por Alkire e Foster (2007). O objetivo é ampliar, sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto, a compreensão da pobreza em Minas Gerais a partir do recorte racial. Ressalta-se, ainda, que o IPM é calculado para Minas Gerais devido à disponibilidade de dados na Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD); e pelo fato de ser o estado brasileiro em que a discussão e a utilização do IPM estão mais avançadas, tanto no âmbito governamental quanto na academia.

Espera-se que o diagnóstico produzido, por meio do cálculo do IPM, contribua para a reflexão acerca de políticas públicas que possam considerar as privações e carências encontradas, que são distintas, múltiplas e se distribuem de forma diferenciada entre grupos sociais e ao longo do território de Minas Gerais.

Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho é dividido em três capítulos, além desta introdução e das Considerações Finais. O primeiro capítulo apresenta a discussão acerca das distintas concepções de pobreza, bem como apresenta a questão racial no Brasil, justificando o recorte realizado; o segundo capítulo, por sua vez, demarca o objeto e a metodologia deste trabalho, apresentando a metodologia Alkire-Foster para o cálculo da pobreza multidimensional, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) “padrão”, que foi criado a partir da metodologia mencionada e as adaptações realizadas em relação a este índice “padrão”; o terceiro capítulo, na sequência, apresenta os resultados do IPM, bem como outros dados gerados pelo cálculo do mesmo. Por fim, a título de síntese dos principais apontamentos levantados pelo trabalho, são apresentadas as considerações finais.

## **2. POBREZA MULTIDIMENSIONAL E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL**

Para desenvolver qualquer metodologia de mensuração e identificação de situações de pobreza faz-se necessário identificar sob qual definição de pobreza se está partindo. Isso porque pobreza é um conceito que, embora seja largamente utilizado e pareça fortemente intuitivo, descreve, na verdade, uma infinidade de possibilidades de situações sociais por quais passam indivíduos, comunidades, territórios, sociedades, países. Isso quer dizer que não existe uma definição cientificamente dominante do fenômeno pobreza e que, no limite, utiliza-se de um grau bastante elevado de arbitrariedade para definir aqueles que são pobres ou não, a depender de objetivos, contextos e possibilidades. Nesse sentido, este capítulo visa apresentar brevemente a discussão existente sobre o conceito de pobreza na literatura (seção 2.1), com base principalmente na revisão realizada por Carla Bronzo em sua tese de doutorado<sup>1</sup> e nos autores mobilizados na referida tese. Além disso, esse capítulo apresenta na seção 2.2 discussão que embasa o enfoque racial utilizado na parte empírica deste trabalho. A condição social dos indivíduos negros é bastante desigual em relação aos indivíduos não negros, o que imprime relevância na realização de estudos multidimensionais da pobreza que investiguem essa desigualdade racial, inclusive por ser um fator de manutenção e reprodução da pobreza.

### **2.1. Pobreza – um conceito e múltiplas definições**

A definição de pobreza se constrói em geral em torno do que se define como necessidades dos indivíduos, famílias e/ou grupos sociais. A definição da categoria *necessidades*, por sua vez, parte da tentativa de abranger objetivos universais, de caracterizar requerimentos mínimos de indivíduos ou famílias para a sobrevivência ou para um usufruto considerado minimamente adequado da vida. Dito de outra forma, *necessidades* são aquelas que, caso não sejam satisfeitas, podem causar danos ao ser humano e comprometer sua trajetória de vida (LAVINAS, 2009). É indispensável atentar para a imensa gama de possibilidades que se apresenta naquilo que se considera “essencial” para a sobrevivência dos indivíduos ou para que esses consigam seguir a trajetória de vida escolhida. Inclui-se nesse espectro desde alimentação adequada, vestuário e equipamentos para o domicílio até acesso a serviços essenciais ofertados para e pela comunidade, tais como água potável, transporte público, saúde, educação e serviços culturais. Nesse sentido, a definição do que é ser pobre é sempre um “ato redutor” de situações sociais nas quais certas necessidades básicas estão insatisfeitas. As diversas definições são, em geral,

---

<sup>1</sup> BRONZO, Carla. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. Tese (Doutorado), FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, dezembro de 2005.

acompanhadas de uma métrica, uma forma de mensurar aqueles que são considerados pobres a partir do conceito utilizado. As diversas formas de mensuração, que envolvem pesquisas empíricas, montagem de bancos de dados, definição de indicadores e fórmulas, implicam em mais um nível de redução da realidade, uma vez que dificilmente conseguem captar fielmente o que teoricamente é definido como pobreza.

O reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, ou seja, que envolve e se refere a uma série de características e dimensões da vida privada e social, é atualmente bastante consensual. A divergência ocorre em geral na possibilidade de agregação das diversas dimensões da pobreza para a obtenção de uma medida escalar (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006), essa que é bastante útil por permitir a comparação e a ordenação de situações sociais distintas.

Em decorrência, em grande medida, dessa dificuldade de agregar diversas dimensões; das divergências sobre qual a melhor forma de o fazer; e da relevância de medidas escalares de pobreza; prevalece a análise e a identificação da pobreza como fenômeno unidimensional, ou seja, como sinônimo de insuficiência de renda das famílias. Acrescenta-se ainda a consideração de que a renda pode ser realmente uma boa *proxy* para identificar a pobreza, tendo em vista que bens e serviços em geral podem ser adquiridos através do mercado por meio de recursos monetários. Nesse sentido, a insuficiência de renda seria, assim, um dos principais determinantes da carência das famílias e, portanto, uma forte candidata para medir a pobreza (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

O desdobramento desse enfoque monetarista é a constituição de “linhas de pobreza” em termos monetários, que pode ser absoluta ou relativa, sob a qual estão os pobres e indigentes. Nesse caso, independentemente das diferenças e heterogeneidade dos indivíduos, são pobres aqueles que se situam abaixo de determinada linha, apresentando baixa renda e, presumidamente, baixo consumo. Essas linhas de pobreza, por sua vez, são construídas com certa objetividade, a partir do levantamento de padrões mínimos nutricionais de sobrevivência que se pretendem universais. De acordo com o Compêndio sobre Melhores Práticas em Medição de Pobreza (2006, p. 53), “linhas de pobreza absoluta representam o custo da compra de uma cesta de itens essenciais que permitem uma pessoa alcançar o patamar mínimo de satisfação de certas necessidades básicas” (tradução livre). É bastante comum, além disso, conforme a prática do Banco Mundial, estabelecer uma linha de indigência, considerando somente o custo da cesta alimentar mínima, sem considerar as demais necessidades. Ainda nesse enfoque, é possível também a utilização de um conceito de pobreza relativa que agrega uma medida de

desigualdade na delimitação da linha de pobreza, indicando que a pobreza se define em termos relativos a determinados parâmetros, como por exemplo, a renda per capita média daquela sociedade. No entanto, a linha de pobreza relativa é usada em pouquíssimos países, em geral os desenvolvidos.

A principal crítica a esse enfoque decorre das limitações oriundas da uniformização do fenômeno, que desconsidera as diferenças entre os indivíduos e os contextos nos quais eles vivem:

A questão reside na impossibilidade de estabelecer, de forma universal, esse mínimo necessário em termos nutricionais: existem diferenças de sexo, idade, atividades e taxas metabólicas diferenciadas, que implicam necessidades diferenciadas, em contextos também diferenciados. (BRONZO, 2005, p.39)

Além do que, mesmo essa definição minimalista envolve vários problemas e dificuldades, particularmente no que tange à identificação dessas necessidades nutricionais básicas e o valor monetário das mesmas.

Na verdade, portanto, não há uma “objetividade” inquestionável na delimitação dos pobres e não pobres; e a linha de pobreza, no limite, representa não mais que uma convenção acerca do nível mínimo abaixo do qual os indivíduos estão ameaçados em sua sobrevivência. Além disso, é problemática a suposição de que há realmente uma descontinuidade entre pobres e não pobres demarcada por algum tipo de linha de pobreza.

Outra crítica ao enfoque monetário é o fato de desconsiderar aspectos subjetivos e relacionais da pobreza, como se essa não fosse fruto também de processos. Há uma ênfase nos procedimentos metodológicos, na mensuração e no levantamento de dados objetivos quando se trata da pobreza como fenômeno externamente perceptível (BRONZO, 2005), exclusivamente objetivo e sob uma perspectiva restrita no indivíduo.

Por fim, a pobreza monetária em geral restringe as possibilidades de intervenção na realidade à simples transferência de renda aos indivíduos como sendo suficiente para alterar a situação de pobreza em que eles se encontram. Nesse enfoque, “não se estabelecem conexões entre a renda e outras dimensões da vida das pessoas, como se essas não existissem ou não importassem para entender o problema da pobreza e as formas para sua superação” (BRONZO, 2005, p.41).

Muito se avançou, no entanto, na análise da multidimensionalidade da pobreza por meio da construção de novos indicadores e índices que buscam abranger outras dimensões da pobreza para além do déficit de renda. Dentre as abordagens de caráter multidimensional, começa-se a considerar aspectos como o acesso a serviços básicos, a capacidade dos indivíduos de escolher



e seguir a trajetória que têm razão em valorizar, características como a dignidade e o empoderamento, a inserção dos indivíduos no todo social, entre outros aspectos.

Bronzo (2005) aponta algumas definições de pobreza e o período em que foram sendo desenvolvidas, tais quais:

- antes dos anos 70 – pobreza como ausência de renda
- anos 70 – conceito de necessidades básicas
- anos 80 – enfoque das capacidades e da exclusão social
- anos 90 – pobreza multidimensional

A perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas constitui o primeiro passo em direção ao enfoque multidimensional na identificação das condições de pobreza. Essa perspectiva sustenta que o enfoque unidimensional, na prática, considera que a satisfação das necessidades se dá unicamente pela renda, mas na verdade essa seria só mais uma dentre outras variáveis que determinam a satisfação. O enfoque das necessidades básicas identifica os pobres por meio da noção de mínimos sociais. Centra-se, assim, nas condições de acesso em cada sociedade a bens e serviços considerados básicos como moradia, energia elétrica, saneamento básico, educação, saúde entre outros. Um documento de trabalho do Ministério de Planejamento e Cooperação do Chile (MIDEPLAN, 2002) aponta que, utilizando fontes de informação como os censos, é necessário selecionar os indicadores mais adequados para refletir as necessidades primordiais da população.

Assim, são pobres aqueles cujo consumo de bens e serviços (habitação, educação, saúde, etc.) é considerado abaixo do mínimo necessário. Destaca-se que as variáveis identificadas são estabelecidas de forma contextualizada, inserindo a relatividade na caracterização e mensuração da pobreza – as necessidades são específicas a tempos e lugares e são determinadas segundo os padrões de cada sociedade.

No entanto, embora o enfoque das necessidades básicas insatisfeitas tenha incorporado dimensões importantes ao enfoque monetário, ele se restringe ainda às dimensões materiais da pobreza e estabelece a fronteira entre pobres e não pobres não mais com relação a uma linha de pobreza simplista, mas ainda sob a ótica dos mínimos sociais (BRONZO, 2005). Não há consenso sobre quais são as dimensões mais relevantes para cada realidade e nem mesmo sobre qual o peso devido a cada uma dessas dimensões, o que determinaria diferentes resultados em relação às necessidades básicas insatisfeitas. A vantagem desse enfoque, por outro lado, é que

ele permite obter indicadores desagregados e identificar, portanto, níveis de satisfação das necessidades por zonas geográficas e por necessidades específicas.

Mais à frente, na década de 80, desenvolve-se e torna-se conhecido o enfoque das capacidades, de Amartya Sen. É incorporado ao estudo sobre a pobreza aspectos menos tangíveis, que são de extrema importância para compreender o fenômeno, tais como dignidade, autoestima, autorrespeito (BRONZO, 2010). A pobreza, segundo esse enfoque, é definida como privação das capacidades dos indivíduos (SEN, 2010), privação essa que os impede de seguir a trajetória de vida que legitimamente têm direito a escolher. Essa privação pode independe da renda desses indivíduos.

Nesse sentido, há privações que dizem respeito desde a falta de acesso a serviços de saúde e educação pública, até a disposições sociais e culturais que dificultam que determinados grupos sociais levem a vida que valorizam levar. A renda passa a ser vista como um meio para que os indivíduos se desenvolvam livremente, dentre outros meios importantes, e não como um fim em si mesmo. Isso quer dizer que indivíduos com renda relativamente alta, mas que sejam segregados socialmente em um território – de forma que tenham mais dificuldade do que indivíduos de renda relativamente menor de seguir a trajetória de vida que escolherem – se encontram em um nível de privação superior, ainda que possuam renda mais alta.

A centralidade recai, portanto, nas capacidades que os indivíduos possuem, ou seja, nas liberdades substantivas para levar a vida que eles têm razão em valorizar. A superação da pobreza, portanto, passaria pela expansão das capacidades dos indivíduos (e não simplesmente da renda), que diz respeito à promoção da liberdade dos mesmos.

Paralelamente e também dialogando com a discussão proposta por Sen, desenvolve-se a concepção da exclusão social. Essa concepção, embora toda a controvérsia que suscita acerca do que se definiria como exclusão, remete “ao reconhecimento das diversas faces ou dimensões da pobreza, à heterogeneidade de suas manifestações e à consideração de dimensões relacionais presentes nestas condições” (BRONZO, 2010, p.125). O paradigma da exclusão social rompe com a visão individualista da pobreza (também presente na discussão das capacidades) e atenta aos processos, trajetórias e na dimensão coletiva e relacional na produção e reprodução da pobreza:

Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. [...] Estudar a desqualificação social ou, em outros termos, o descrédito daqueles que, à primeira vista, não participam

plenamente da vida econômica e social significa estudar a diversidade dos *status* que os definem, as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais, e, enfim, as relações sociais que mantêm entre si e com o outro. (PAUGAM, 2003, p.45-47)

Ao enfatizar os processos e trajetórias essa abordagem provoca alterações profundas também na maneira de se conceber a atuação do Estado para o enfrentamento da pobreza. Sob a perspectiva da exclusão, a estratégia de ação pode se orientar mais fortemente para a prevenção e não somente à superação das condições de pobreza, com maior ênfase aos processos que levam da vulnerabilidade à desqualificação e exclusão social.

As abordagens da exclusão e da vulnerabilidade, diferentemente dos enfoques nas condições materiais, enfatizam uma visão *ex-ante*, observando principalmente as causas que levam a situações de pobreza, possibilitando identificar estratégias que permitem a superação dessas situações e outras que as perpetuam. Considerando a pobreza a partir da vulnerabilidade, essa se caracteriza pela “exposição ao risco e pela capacidade de resposta, material e simbólica, que indivíduos, famílias e comunidades conseguem fornecer para fazer frente ao risco ou ao choque (que significa a materialização do risco)” (BRONZO, 2005, p.97). Fica clara a contribuição potencial das políticas públicas no fortalecimento das capacidades dos indivíduos e famílias para a efetiva superação da pobreza. Um aspecto positivo da perspectiva da vulnerabilidade, como já mencionado, é identificar riscos os quais os pobres estão menos aptos a enfrentar e explicitar, a partir daí, as diferentes estratégias possíveis que devem ser desenvolvidas para fazer frente a cada risco específico. À medida que avança o esforço em se considerar outras dimensões que influem ou definem a pobreza, investiga-se simultânea e paralelamente formas de operacionalizar os conceitos em métricas, indicadores e índices.

Os enfoques multidimensionais, no entanto, encontram mais dificuldades para mensurar o fenômeno do que o enfoque unidimensional pautado na renda. Isso porque, por meio do enfoque monetário, estipula-se uma linha de pobreza que aponta a renda mínima que indivíduos ou famílias precisam possuir para serem considerados não pobres. Todos aqueles que não atingem esse mínimo estipulado são, portanto, considerados pobres. As abordagens multidimensionais, por sua vez, precisam calcular um número maior de dimensões e limiares, que não só a renda, além de desenvolver meios para mensurar aspectos muitas vezes menos objetivos e tangíveis. Por outro lado, essas abordagens, em geral, suscitam a elaboração de políticas públicas mais complexas para enfrentar as diversas dimensões da pobreza.

Embora haja dificuldade no que tange à mensuração, tem-se ampliado o esforço de elaborar

medidas concretas para produção de diagnósticos multidimensionais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde o início da década de 90, tem se empenhado em apresentar medidas que se estendam para além dos rendimentos para refletir o desenvolvimento humano. Os indicadores utilizados pelo PNUD são recorrentemente utilizados para a identificação de níveis de desenvolvimento e situações de pobreza, principalmente no que tange à comparação entre países. A comparabilidade dos indicadores é possível porque, embora levem em consideração outros aspectos além da renda, se limitam a um número restrito e exequível de dimensões (para fins de comparação é necessário haver dados disponíveis para um grande número de países).

O próprio PNUD vem trabalhando no sentido de ampliar a capacidade de captar mais aspectos da pobreza e do desenvolvimento. Consta no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 que “os avanços do conhecimento e dos dados tornam possíveis as inovações na medição da desigualdade e da pobreza multidimensionais, podendo ser aplicadas globalmente, de modo a permitir comparações e proporcionar novas perspectivas” (p.90). Nesse sentido, essa edição especial comemorativa do vigésimo aniversário da publicação inclui, além do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Pobreza Humana (IPH), o IDH ajustado à desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), este último construído juntamente com o Instituto de Pesquisas em Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford (OPHI) a partir de metodologia proposta por Alkire e Foster (2007).

Neste trabalho optou-se, para fins de exercício empírico, pela utilização e discussão acerca do IPM, com o intuito de identificar as privações vivenciadas por negros e não negros no estado de Minas Gerais. Nesse sentido, antes do cálculo do IPM, a sessão a seguir apresenta um pouco do debate acerca das condições em que se encontram indivíduos negros e não negros no Brasil.

## **2.2. A questão racial no Brasil**

Essa seção tem o objetivo de apresentar, brevemente, o debate sobre a questão racial no Brasil, com o objetivo de responder a seguinte pergunta: faz sentido estudar a pobreza considerando o recorte racial como aspecto que influencia a condição de vida dos indivíduos e famílias?

Tendo em vista o caráter multidimensional da pobreza, importa identificar em cada contexto social não só as dimensões que configuram vulnerabilidades, privações e necessidades básicas insatisfeitas, mas também características do grupo social analisado com vistas a identificar relações que geram e perpetuam desigualdades, exclusão social e pobreza. Relações raciais,

culturais, étnicas e de gênero em geral são carregadas de desigualdade e implicam ainda em desigual acesso a determinados bens e ativos sociais, conseqüentemente contribuindo para a reprodução da pobreza dos grupos discriminados. Dessa forma, observar essas relações associadas às características da pobreza pode ser bastante útil. No que se refere à desigualdade racial, identificar a condição social desigual entre negros e não negros no Brasil pode contribuir para o debate acerca do papel do Estado na mitigação dessas desigualdades e na conseqüente melhora da condição de vida dos grupos em pior situação na escala social.

Segundo Osório (2008), os principais autores que desencadearam a “onda” hegemônica de explicação teórica acerca das desigualdades raciais no Brasil são Nelson do Vale Silva e Carlos Hasenbalg. Esse último (2005, *apud* OSÓRIO, 2008) ressalta que a raça, como atributo socialmente elaborado, deva ser analisada como um dos critérios que determinam o preenchimento de posições no sistema de estratificação social e na estrutura de classes da sociedade brasileira. Osório aponta que Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva dedicaram suas teses de doutorado e inúmeros estudos posteriores ao tema das desigualdades raciais e fizeram uso de técnicas de análise quantitativa para a análise do processo de realização socioeconômica, quantificando o peso da discriminação racial nos resultados. Silva, embasando-se nos estudos realizados, questiona seriamente a ideia de uma democracia racial brasileira, tomando-a como “um mito que tem provado ter uma extraordinária resiliência” (Silva, 1978 in OSÓRIO, 2008).

Hasenbalg e Silva escancaram a desigualdade entre brancos e não-brancos no Brasil, no que tange a diversos aspectos que influenciam a situação socioeconômica dos indivíduos, tais como a realização educacional, o mercado de trabalho, o posicionamento na estratificação social e inclusive a atividade política (OSÓRIO, 2008, p. 82). Estão interessados, para além da identificação da desigualdade, na análise do peso da discriminação racial *vis-à-vis* o da origem social na reprodução dessas desigualdades. O emprego dessas duas “variáveis” na teoria desenvolvida pelos autores é conhecida como teoria das desvantagens cumulativas ao longo da vida.

Essa teoria se baseia no estabelecimento de fases pelas quais passa o indivíduo, podendo ser ressaltada como as duas principais a vida pré-adulta e a vida adulta. A fase inicial é marcada pelo estudo e aquisição de habilidades, sendo a preparação para a segunda, que é marcada pelo trabalho - na produção de bens e serviços ou na esfera doméstica. A raça seria uma variável importante em todas as fases da vida, mas com maiores impactos na primeira fase.

A origem social, que diz respeito à situação da família em que se nasce, é o primeiro momento

em que a raça interfere na trajetória dos indivíduos. Como os negros estão sobrerrepresentados nas camadas mais baixas do estrato social e a raça é atributo passado hereditariamente, é maior a probabilidade de um negro nascer pobre do que um branco. Em seguida, na escola, contexto em que os negros poderiam porventura superar as desigualdades de origem em relação aos brancos, outros fatores se somam conspirando contra o sucesso dos estudantes negros. O sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades de origem e não a contrapô-las. Dessa forma, os negros brasileiros chegam ao fim da primeira fase da vida com uma desvantagem educacional, que se reflete fortemente nas oportunidades no mercado de trabalho, espaço em que a educação é o grande determinante das diferenças na renda do trabalho. A isso se somam os aspectos da discriminação racial que se refletem na segmentação de mercado, na limitação à ascensão profissional do negro e na discriminação salarial. Durante a segunda fase, momento em que os negros se apresentam desigualmente conforme o peso da origem social e o da formação que perpetua as desigualdades, em geral são constituídas as famílias. Muito provavelmente, dessa forma, os filhos das famílias negras em situação desvantajosa sentirão os efeitos das mesmas desvantagens e discriminação a que estiveram sujeitos seus pais. Ou seja, configura-se um ciclo.

A teoria das desvantagens cumulativas, como se disse, é a explicação hegemônica para a persistência da desigualdade racial. Conforme sintetiza Osório (2008, p. 89), isso se dá porque os estudos têm atestado que de fato existem barreiras de ordem racial à mobilidade social dos negros; e que a discriminação não dá sinais de que está se atenuando, o que ajuda a perpetuar a desigualdade racial que, justamente, apresenta forte estabilidade.

Por fim, importa destacar que as evidências apontam a preponderância da origem social como determinante da reprodução da desigualdade social, o que não significa que se deva colocar em segundo plano a importância da discriminação racial. Conforme aponta Osório (2008, p. 91):

Longe de tornar desaconselháveis as políticas de combate às desigualdades raciais, o fato de que a origem social é o principal determinante dessas desigualdades torna ainda mais premente a necessidade dessas políticas.

Continua o autor dizendo que a equalização racial exige que os negros avancem relativamente mais do que os brancos a cada geração. Porém,

No Brasil faltam ainda políticas públicas mais eficientes de combate à desigualdade racial, baseadas em evidências, que aproveitem os conhecimentos existentes sobre a reprodução da desigualdade racial, dotadas de orçamento adequado e com ampla cobertura. (p. 91)

A sobrerrepresentação de indivíduos pretos e pardos entre os grupos mais vulneráveis e desfavorecidos socialmente é comprovada e/ou refletida nos principais indicadores

socioeconômicos utilizados atualmente. A Tabela 1 abaixo, retirada do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009 - 2010, demonstra com clareza essa realidade:

**Tabela 1. Indicadores selecionados sobre as condições socioeconômicas dos grupos de cor ou raça (brancos, pretos e pardos), Brasil, 2000 e 2007**

	<b>Renda média do trabalho principal, ago 2000 (em R\$)</b>	<b>Taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade, 2000 (em %)</b>	<b>Anos médios de estudos da população acima de 15 anos de idade, 2000 (em anos)</b>	<b>Pessoas abaixo da linha de indigência, 2000 (em %)</b>	<b>Esperança de vida ao nascer, 2000 (em anos de vida)</b>	<b>Razão de mortalidade por homicídio, 2007 (por 100 mil habitantes)</b>	<b>IDH, 2000</b>
<b>Branco</b>	916,29	8,3	5,5	14,3	74	15,5	0,832
<b>Pretos</b>	419,92	21,5	4	30,3	67,6	27,9	0,717
<b>Pardos</b>	449,12	18,2	3,9	32,7	68,0	32,9	0,723
<b>Total</b>	720,77	12,9	4,8	22,6	71,1	25,4	0,783

Fonte: IBGE, microdados Censo Demográfico e PNAD; Ministério da Saúde, DATASUS, microdados SIM Tabulações LAESER: Fichário das Desigualdades Raciais Nota 1: esperança de vida ao nascer calculada por Juarez C Oliveira e Leila Ervatti Nota 2: linha de indigência regionalizada elaborada pelo IPEA, in Relatório Anual das Desigualdades Raciais 2009 - 2010.

A situação mais desfavorável para os pretos e pardos é observada em todos os indicadores. É possível observar clara desigualdade salarial entre indivíduos brancos e indivíduos pretos e pardos, sendo a razão da renda média do trabalho principal dos primeiros em relação aos dois outros grupos superior a dois. Indicadores relacionados à educação e à escolaridade demonstram também desigual condição entre brancos, pretos e pardos: 8,3% de brancos acima de 15 anos são analfabetos, enquanto 21,5% dos pretos e 18,2% dos pardos estão nessa situação, e ainda a população branca possui escolaridade média superior à população preta e parda. A esperança de vida ao nascer, que reflete condições de saúde da população, bem como a razão da mortalidade por homicídio, que indica condições de vulnerabilidade e exposição à violência, são mais uma vez indicadores desfavoráveis aos indivíduos pretos e pardos na sociedade brasileira. O indicador de indigência, por sua vez, aponta assustadores 32,7% de pardos e 30,3% de pretos indigentes, sendo que a proporção da população branca, embora alta, não chega a 15%. O IDH do ano 2000 da mesma forma aponta diferença de mais de um ponto entre o desenvolvimento humano dos indivíduos brancos (0,832) e o desenvolvimento humano de pretos (0,717) e pardos (0,723). Nota-se, porém, diferenças entre a condição social de pretos e pardos, sendo que na maior parte desses indicadores os pretos se encontram em situação

inferior, mas com pardos apresentando indicadores também bastante desfavoráveis em relação aos brancos. Pode ser importante averiguar, a partir de mais indicadores, se a condição inferior dos pretos em relação aos pardos se confirma.

A reflexão sobre o caráter multidimensional da pobreza, somada à realidade explicitada pelos indicadores - de extrema desigualdade racial e ao mesmo tempo de significativa condição de vulnerabilidade de parte considerável da população preta e parda no país - motivaram, portanto, a investigação acerca das condições de pobreza multidimensional entre negros e não negros em Minas Gerais por meio do índice de Pobreza Multidimensional.

Dessa forma, a sessão seguinte apresentará a metodologia de mensuração da pobreza multidimensional proposta por Alkire e Foster, que informou a construção do IPM, bem como a forma como o índice é construído e as vantagens de sua utilização.

### **3. DEMARCAÇÃO DO OBJETO E METODOLOGIA**

Este capítulo explicita o objeto deste estudo, bem como a metodologia utilizada para o desenvolvimento do mesmo.

Cabe ressaltar que o estado de Minas Gerais foi escolhido como objeto de análise devido à disponibilidade de dados adequados e confiáveis na Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD)<sup>2</sup>; e pelo fato de ser o estado brasileiro em que a discussão e a utilização do IPM estão mais avançadas, tanto no âmbito governamental quanto na academia, com alguns trabalhos já publicados.

Minas Gerais, por meio do Programa Travessia, utilizou o IPM e por isso passou a compor, em junho de 2013, a recém lançada Rede Internacional de pares pela difusão da concepção de pobreza multidimensional (*Multidimensional Poverty Peer Network*). O Programa, iniciado em 2008, se tornou um dos principais programas do governo de Minas Gerais, gestão 2011 – 2014, na área social, e tinha como objetivo a promover a inclusão social e produtiva da população em situação de pobreza e vulnerabilidade social. A partir de 2011, a primeira etapa do Travessia passou a ser o Projeto Porta a Porta, caracterizado por realizar um diagnóstico domiciliar que apresentasse a situação de vulnerabilidade das famílias a partir das dimensões do IPM. O Porta a Porta passou a ser condição para a realização de investimentos públicos estaduais nos

---

<sup>2</sup> A PAD é uma pesquisa domiciliar bianual desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP), cuja primeira rodada foi divulgada em 2009. É amostral e representativa para as doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, para as dez regiões de planejamento e também para as regiões urbanas e rurais do estado e do Grande Norte.



municípios do estado, principalmente naqueles com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Paralelamente à utilização por parte do governo do estado, estudos têm sido desenvolvidos a partir da experiência de Minas Gerais, como é possível ver em Claret e Sandim (2011); Claret e Assis (2013); Claret e Moara (2014); Fahel, Leite e Teles (2014). Ainda sobre o IPM em Minas Gerais, foi realizado pela autora, em 2013, o cálculo do mesmo para o estado a partir da PAD 2011, com análise focada nas regiões de planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri<sup>3</sup>. Neste estudo foi identificada discrepância relevante nas condições de pobreza entre diferentes grupos populacionais, como entre pretos, pardos e brancos, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do estado. Esse resultado, além de reforçar a existência da desigualdade racial já observada nos indicadores brasileiros e destacada na literatura que discorre sobre o tema, aponta também a importância de destrinchar a condição de pobreza multidimensional entre grupos raciais no estado. Ressalta-se, inclusive, que o trabalho apontou somente a incidência e a intensidade da pobreza entre indivíduos de raça diferente, sem que tivesse sido explorados os indicadores e dimensões que são possíveis a partir da metodologia do IPM.

No presente trabalho é calculado o IPM a partir da PAD 2013, tendo sido os indicadores utilizados anteriormente, em 2013 no trabalho supramencionado (Costa, 2013). Os resultados são apresentados segundo cor/raça autodeclarada pelos indivíduos, sendo que a variável cor/raça é recategorizada de forma a excluir os valores para a raça amarela, dada o pequeno número de indivíduos autodeclarados amarelos. Nesse sentido, a população ficou constituída de brancos, pretos e pardos e é com relação a essa população que foram realizados os cálculos. A forma de cálculo completa utilizada neste trabalho será apresentada nas seções a seguir.

A primeira seção, dessa forma, expõe a metodologia Alkire-Foster para o cálculo da pobreza multidimensional; a segunda seção apresenta o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) “padrão”, que foi criado a partir da metodologia mencionada e é utilizado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano; e a terceira seção, por fim, aponta as adaptações em relação ao IPM “padrão” que foram realizadas no cálculo do IPM para Minas Gerais neste trabalho.

### **3.1. Método Alkire-Foster**

Dentre as abordagens recorrentes na literatura que tangenciam a discussão acerca da pobreza

---

<sup>3</sup>COSTA, 2013. “Concepções de pobreza e operacionalização do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais – um olhar sobre as Regiões de Planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri”. Monografia do curso de Administração Pública, Fundação João Pinheiro.

multidimensional, algumas delas já apresentadas, a abordagem derivada da teoria das capacidades tem ganhado bastante visibilidade desde as publicações de Amartya Sen e o reconhecimento de seu trabalho, tendo este sido condecorado com o Prêmio Nobel de Economia.

A abordagem das capacidades permite a captura de aspectos múltiplos, dinâmicos e complexos da sociedade. A partir dessa abordagem se torna necessário considerar uma gama razoável, significativa e diversificada de indicadores para captar a pobreza, que é caracterizada como a carência de capacidades básicas por parte dos indivíduos que os impeçam de alcançar níveis minimamente aceitáveis de realizações. Em outras palavras, exige-se a construção de indicadores/índices necessariamente multidimensionais para captar a pobreza a partir do conceito de pobreza de Sen, que se pauta na privação de capacidades.

Nesse sentido, os índices de pobreza devem ser compostos por informações de diversas áreas, como educação e saúde; devem ser capazes de identificar os aspectos mais relevantes de cada área e, não menos importante, deve considerar os aspectos que as pessoas valorizam e tem razão em valorizar.

Com base no enfoque das capacidades, o Instituto de Pesquisas em Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford (OPHI) desenvolveu uma nova metodologia de mensuração da pobreza que elenca dimensões e indicadores em áreas diversas para a definição e identificação de situações de pobreza. O método ficou conhecido por metodologia Alkire-Foster (nomes dos idealizadores do mesmo) e representa concretamente, em que pese a dificuldade de operacionalização de concepções multidimensionais, um avanço em termos da compreensão da pobreza. O método pode contribuir, dessa forma, diretamente ao aprimoramento da ação estatal com relação ao problema.

A partir da metodologia Alkire-Foster, o OPHI em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) construiu o Índice de Pobreza Multidimensional padrão<sup>4</sup> para a mensuração e comparação da pobreza multidimensional em mais de cem países. Ou seja, o método Alkire-Foster pode ser utilizado para a construção de índices multidimensionais de pobreza (IPM), adaptáveis conforme os dados disponíveis e as características de cada contexto. Nesse sentido, foi proposto um IPM para o cálculo simultâneo a um conjunto de países que permitisse a comparação entre os mesmos (a que chamamos IPM padrão).

---

<sup>4</sup> O termo IPM Padrão se refere, ao longo do trabalho, à metodologia do IPM utilizada no Relatório de Desenvolvimento Humano.

Segundo a metodologia desenvolvida por Alkire e Foster (2007), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)<sup>5</sup> incorpora uma contagem para identificar os indivíduos<sup>6</sup> pobres (denominada *headcount ratio*), e, além disso, um ajuste que reflete a amplitude, profundidade e severidade da pobreza multidimensional – *Average Intensity of deprivation*. O Índice pode ser obtido facilmente pela multiplicação desses dois fatores: *Headcount* (H) x *Average Intensity of Deprivation* (A) e, por isso, é também chamado de *Adjusted Headcount Ratio*, já que reflete um ajuste na medida de identificação dos pobres a partir da intensidade da pobreza multidimensional.

O fator (H) aponta a incidência de pessoas de uma dada população consideradas pobres sob a perspectiva multidimensional adotada, utilizando duas formas de “corte”. A primeira delas consiste no estabelecimento de condições mínimas em relação a um aspecto (definido por um indicador), a partir das quais uma pessoa é considerada privada ou não. A partir de então, com relação a cada privação atribui-se ‘0’ (não privação) ou ‘1’ (privação); a pontuação total de privação para cada indivíduo ( $c_i$ ) é calculada por meio da soma ponderada das privações vivenciadas, de forma que a pontuação encontre-se entre ‘0’ e ‘1’, ou entre 0% e 100% (Fahel et al., 2014). Dessa forma, quanto maior a pontuação maior o número de privações vivenciadas até o limite da pontuação ‘1’, quando a pessoa é privada em todos os aspectos considerados; ao contrário, uma pessoa que não sofre privação em nenhum dos aspectos recebe pontuação igual a 0.

O segundo corte, por sua vez, é chamado “corte da pobreza” e determina qual a proporção mínima de privações definida para esse mesmo indivíduo ser considerado pobre. Sendo  $k$  a proporção definida, um indivíduo para ser considerado multidimensionalmente pobre precisa ter sua pontuação de privação igual ou superior ao corte da pobreza, isto é,  $c_i \geq k$ . De forma mais abrangente, por exemplo, pode-se considerar como pobre um domicílio que seja privado em pelo menos um dos dez indicadores (com  $k=1/10$ , nesse caso); de outra forma, mais restrita, pode-se considerar multidimensionalmente pobre somente os domicílios que são privados em todos os dez indicadores ( $k=1$ ) – nesse caso, o número de domicílios considerados pobres se reduz, mas a intensidade da pobreza compartilhada por esses domicílios torna-se elevada (COSTA, 2013).

Caso a pontuação de um indivíduo ( $c_i$ ) seja menor do que  $k$ , ainda que seja diferente de zero, a

---

<sup>5</sup> Quando não for utilizado o termo “padrão” para o IPM, necessariamente está se tratando da metodologia “genérica” de Alkire-Foster.

<sup>6</sup> É possível utilizar outras unidades de análise, como domicílios, regiões ou países; tratarei de ‘indivíduos’ como exemplo.

pontuação desse indivíduo é substituída por um ‘0’ e as privações existentes não são consideradas, uma vez que não são suficientes para caracteriza-lo como multidimensionalmente pobre. Ou seja, só se considera as privações dos indivíduos considerados pobres, que são aqueles com  $ci \geq k$ ; para diferenciar a pontuação de privação dos pobres da pontuação original de cada pessoa utiliza-se a notação  $ci(k)$ . Observa-se que quando  $ci \geq k$ , logo  $ci(k) = ci$ , e mantém-se a pontuação original da pessoa; no entanto se  $ci < k$ , tem-se  $ci(k) = 0$ , uma vez que essa pessoa não atingiu a quantia de privações tal que a considere pobre (FAHEL, 2014, p. 58). A partir desses cortes, (H) representa a incidência da pobreza multidimensional, refletindo a proporção de indivíduos pobres em uma dada população, ou:  $H = q/n$ , onde  $q$  é o número de pessoas consideradas pobres multidimensionalmente e  $n$  é o número de pessoas que compõe a população total.

O fator (A), por sua vez, aponta a intensidade da pobreza que os indivíduos considerados multidimensionalmente pobres vivenciam, calculada a partir da média ponderada da quantidade de privações compartilhadas por esses mesmos indivíduos. Ou seja, (A) trata-se do somatório da pontuação de privação de cada indivíduo ( $ci$ ) dividido pelo total de pessoas que são multidimensionalmente pobres.

### **3.1.2. Vantagens de utilização do método**

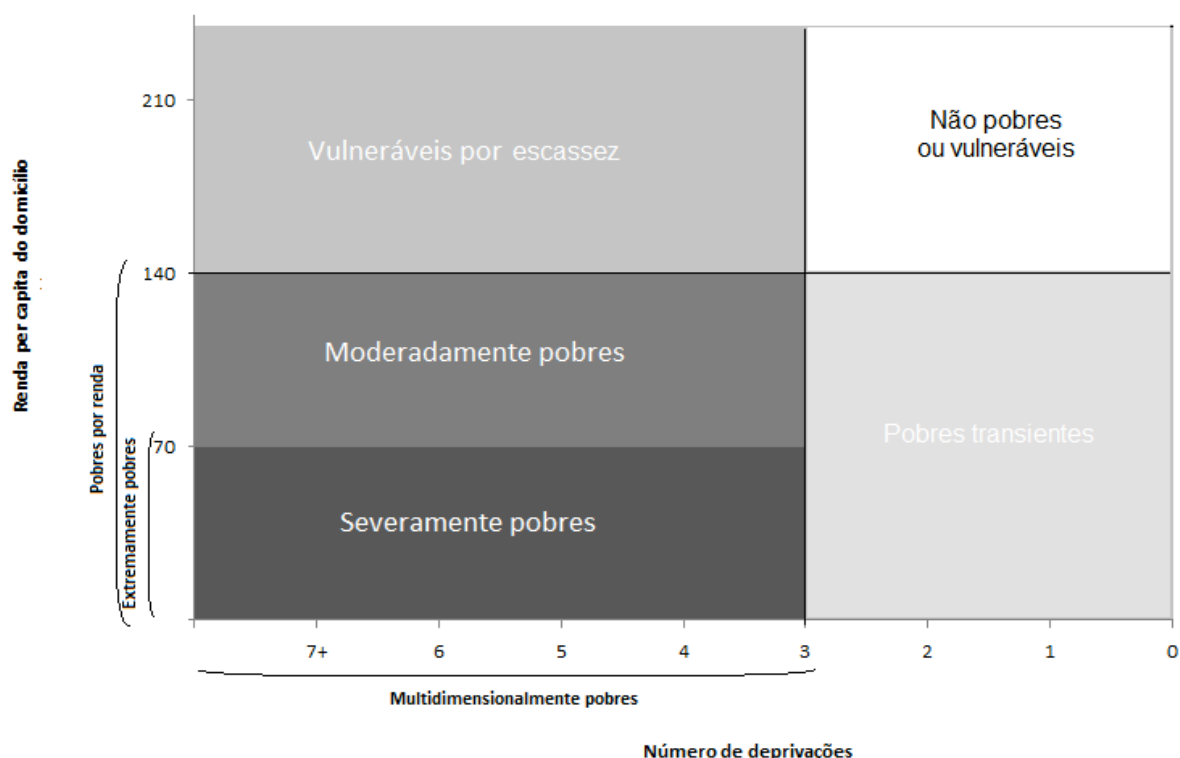
Dentre as características do IPM, cabe destacar algumas de suas principais vantagens. Para começar, o Índice de Pobreza Multidimensional permite identificar a proporção de pessoas, na população total, consideradas pobres segundo um número mínimo de privações vivenciadas, além de permitir obter o número de privações que cada pessoa pobre possui, sendo útil para a identificação da intensidade da pobreza na população referência.

O índice pode, ainda, ser facilmente aplicado a bancos de dados já existentes e desagregado para revelar privações que estejam contribuindo mais para a situação de pobreza. A decomposição, ou desagregação, é uma das características mais importantes do índice, uma vez que permite análises comparativas entre as diferentes dimensões consideradas e entre diferentes subgrupos populacionais que possuem privações distintas, permitindo a construção de um “ranking de privações” para análise dos principais empecilhos à qualidade de vida da população – o que pode orientar, naturalmente, a atuação do Estado na solução das privações mais recorrentes (SOUZA FILHO; ASSIS; 2013). No que diz respeito ao cálculo da intensidade das privações compartilhadas entre os indivíduos pobres, *Average Intensity of deprivation* (A), o

IPM torna-se sensível a mudanças na severidade da pobreza ao longo do tempo<sup>7</sup> e pode detectar diferenças significativas na realidade de localidades que possuem números semelhantes de pessoas em situação de pobreza. Além disso, uma possível atuação estatal naquelas privações identificadas como sendo compartilhadas por muitas pessoas, ainda que não reduza o número de pobres, contribui também para a redução da pobreza, uma vez que a redução da intensidade das privações ou a melhora relativa de qualidade de vida são captadas pela metodologia.

O IPM permite também comparar o percentual de pobres multidimensionais e o percentual de pobres pelo critério da renda na mesma população, o que é bastante útil para criar “categorias de pobreza” que podem informar uma atuação mais precisa do Estado em relação às necessidades das pessoas. Os autores Vaz, Jannuzzi e Sousa (2014) adaptaram de Alkire e Foster (2011) a Figura 1 abaixo que apresenta um modelo possível de classificação e categorização:

**Figura 1. Modelo de pobreza multidimensional segundo a combinação de recortes de renda per capita familiar e privações de bens e serviços**



Fonte: Vaz, Jannuzzi e Souza (2014)

<sup>7</sup> Essa característica faz com que o IPM capte a monotonicidade dimensional, uma das propriedades típicas das medidas de pobreza multidimensional, que diz respeito à captação das transformações que sofrem os indicadores de privação. Isso quer dizer que quando um indivíduo no tempo “x” é privado em quatro aspectos e no tempo “x+1” passa a ser privado em somente três o IPM diminui (indicando que a pobreza diminuiu).

Segundo o modelo proposto, os severamente pobres são aqueles que simultaneamente são extremamente pobres segundo a renda (<70 reais per capita) e multidimensionalmente pobres em termos de privações de bens e serviços. Essa situação se aprofunda quanto maior for o número de privações que a pessoa vivencia (na figura, quanto mais à esquerda no gráfico), já que se torna cada vez mais difícil sair dessa posição. Moderadamente pobres são aqueles com renda superior à situação de miséria ou pobreza extrema, mas ainda inferior à linha de pobreza, que compartilham privações múltiplas e por isso são considerados multidimensionalmente pobres. Os que possuem renda acima da linha de pobreza, isto é, não são pobres segundo a concepção monetária da pobreza, mas sofrem diversas privações, são classificados vulneráveis por escassez. Os pobres transientes constituem-se no grupo em que a privação de bens e serviços é menos grave do que os pobres crônicos (severos e moderados), mas possuem renda domiciliar per *capita* abaixo da linha de pobreza. Esses últimos são chamados transientes, pois se encontram em situação em que a superação da pobreza é mais provável, uma vez que depende somente da melhoria da renda domiciliar.

Embora exista um conjunto de vantagens da metodologia utilizada pelo IPM, algumas delas apresentadas acima, críticas também são direcionadas ao Índice – críticas essas que mencionam problemas relacionados desde a qualidade e disponibilidade dos dados para comparação de países ao redor do mundo até a discricionariedade na escolha de dimensões e indicadores que compõem o IPM. No entanto, foi considerando críticas e limites, bem como as potencialidades da metodologia que o Instituto de Pesquisas em Pobreza e Desenvolvimento Humano (OPHI) da Universidade de Oxford, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), construiu um Índice de Pobreza Multidimensional Padrão para a mensuração da pobreza em mais de cem países (VAZ, JANNUZZI; SOUSA, 2014).

### **3.2. O IPM Padrão**

Tendo sido apresentada a metodologia de cálculo do IPM, cabe apontar as escolhas realizadas para aplicação do método na mensuração e comparação de situações de pobreza entre países distintos, que desembocaram no que estamos chamando “IPM padrão”.

Como já mencionado, o IPM padrão vem sendo utilizado desde 2010 no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), em substituição ao Índice de Pobreza Humana (IPH). A substituição se justifica pelo fato do IPH utilizar somente dados nacionais agregados, não podendo indicar se pessoas, famílias e grupos específicos sofrem carências. O IPM padrão, por outro lado, identifica as privações sobrepostas que os indivíduos ou domicílios sofrem em relação à saúde, à educação e ao padrão de vida. O índice visa mensurar a pobreza

multidimensional severa e complementa os métodos monetários de mensuração.

Aspecto relevante a ressaltar é o caráter flexível da metodologia Alkire e Foster, necessário para garantir adaptações em realidades específicas e distintas e, ao mesmo tempo, a aplicabilidade num âmbito mais geral que objetiva a comparação, a partir de informações comuns constantes em bancos de dados bastante distintos entre si. É neste último caso que se encaixa a tarefa empreendida pelo OPHI e pelo PNUD que vamos apresentar rapidamente.

A metodologia Alkire-Foster exige as seguintes escolhas: seleção de dimensões; seleção de indicadores que apontem privações para compor as dimensões; definição de padrões mínimos que caracterizem privação com relação a cada indicador; definição de peso dos indicadores e dimensões; definição da unidade de análise; e “corte da pobreza”, que se refere à quantidade mínima de privações vivenciadas por um indivíduo para que seja considerado multidimensionalmente pobre.

Nesse sentido, o IPM padrão considera três dimensões: saúde, educação e padrão de vida. Essas dimensões, por sua vez, são mensuradas utilizando-se dez indicadores. O Quadro 1 abaixo ilustra tais escolhas:

**Quadro 1. Dimensões e Indicadores considerados pelo Índice de Pobreza Multidimensional padrão, a partir da metodologia de Alkire e Foster**

<b>1. Educação (cada indicador é igualmente ponderado em 1/6)</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Condição</b>
Anos de Escolaridade	Se ninguém no domicílio tem pelo menos 5 anos de escolaridade
Frequência das Crianças à Escola	Se alguma criança em idade escolar está fora da escola da 1ª a 8ª série
<b>2. Saúde (cada indicador é igualmente ponderado em 1/6)</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Condição</b>
Mortalidade na Infância	Se alguma criança até cinco anos morreu na família
Nutrição	Se algum adulto ou criança na família é subnutrido
<b>3. Padrões de vida (dimensão ponderada em 1/3 e cada indicador é igualmente ponderado em 1/18)</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Condição</b>
Eletricidade	Se o domicílio não tem eletricidade
Energia Limpa Para Cozinhar	Se cozinha-se com madeira ou esterco (como combustível)
Água limpa	Se não se encaixa nas exigências dos Objetivos do Milênio da ONU ou está disponível há mais de 30 minutos a pé
Sanitário Adequado	Se não se encaixa nas exigências dos Objetivos do Milênio da ONU, ou o banheiro é compartilhado
Piso Adequado	Se o piso é de terra, areia ou esterco
Ativos	Se não possui pelo menos um: rádio, tv, telefone, bicicleta, motocicleta ou refrigerador; e não possui um carro ou camionete

Fonte: COSTA (2013).

O Quadro 1 apresenta também os critérios que definem privação ou não com relação a cada

indicador, bem como os pesos utilizados por indicador – pesos iguais entre as dimensões (1/3), somando 1 ou 100%; e dentro de cada dimensão peso igual para cada indicador, de forma que a soma dos pesos dos indicadores resulte em 1/3. O Índice de Pobreza Multidimensional padrão considera como unidade de análise os indivíduos – embora relacione as informações dos indivíduos com os domicílios em que habitam. Isso significa que as privações não são analisadas somente no âmbito do indivíduo que as sofrem, mas são atribuídas a todos os membros do domicílio, da mesma forma que, em determinados indicadores a característica de um indivíduo pode fazer com que o domicílio inteiro não seja considerado privado ainda que alguns membros individualmente o sejam. Além disso, o IPM padrão define o corte de pobreza em 30%, ou seja, para ser considerado pobre multidimensional é necessário que o indivíduo acumule, pelo menos, 30% de todas as privações consideradas.

### **3.3. Índice de Pobreza Multidimensional em Minas Gerais**

Embora o IPM padrão considere um número não muito grande de dimensões e indicadores justamente para ser facilmente replicado e utilizado para comparações de realidades que dispõe de bancos de dados distintos e/ou restritos, o cálculo do IPM para a análise da pobreza multidimensional em Minas Gerais exige ainda uma série de adaptações. Isso devido, principalmente, à forma como os dados estão dispostos no banco de dados utilizado.

Nesta seção, dessa forma, são apresentadas as características de cálculo do IPM definidas para este trabalho. Este estudo é inspirado no exercício por mim empreendido em 2013, conforme já foi mencionado, utilizando a Pesquisa por Amostra de Domicílio (PAD-MG) do ano de 2011. A pesquisa em 2011 contou com uma amostra de 18 mil domicílios distribuídos por 428 municípios mineiros<sup>8</sup>, amostra utilizada também pela PAD 2013, utilizada neste momento. Importa ressaltar, ainda, que a PAD utiliza de um plano amostral complexo, incluindo estratificação e seleção em múltiplos estágios de amostragem estratificada, e que essas características são consideradas no cálculo realizado.

As dimensões do IPM padrão foram mantidas, assim como a distribuição equitativa de pesos, o corte de pobreza de 30% e a unidade de análise “indivíduos”. Ressalta-se que, embora a unidade de análise seja o indivíduo, a privação calculada é atribuída ao domicílio como um todo; ou seja, a todos os residentes em cada domicílio. Isso quer dizer que indivíduos residentes em domicílios privados, ainda que não apresentem a privação individualmente, são também

---

<sup>8</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Indicadores Básicos - Documento Metodológico. Boletim PAD-MG 2011, ano 1, n. 3, junho de 2012. Belo Horizonte, 2012.



considerados privados com relação a dado indicador. Sendo assim, ao longo desse trabalho, quando se tratar de indivíduos privados está se tratando de indivíduos que residem em domicílios privados e, portanto, também são considerados privados.

No que diz respeito aos indicadores que compõem as dimensões, bem como os critérios que caracterizam a privação, realizou-se algumas modificações, que são descritas no quadro abaixo:

**Quadro 2. Dimensões e Indicadores considerados pelo Índice de Pobreza Multidimensional, segundo COSTA (2013)**

<b>1. Educação (dimensão ponderada em 1/3; cada indicador é igualmente ponderado em 1/6)</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Condição</b>
Anos de Escolaridade	Se ninguém no domicílio (maior de 15 anos) possui pelo menos oito anos de escolaridade
Frequência das Crianças à Escola	Se alguma criança/jovem em idade escolar (4 a 17 anos) está fora da escola
<b>2. Saúde (dimensão ponderada em 1/3 ; cada indicador é igualmente ponderado em 1/6)</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Condição</b>
Mortalidade da última criança nascida viva	Se o último filho nascido vivo morreu antes de completar cinco anos
Estado de Saúde	Se o domicílio possui pelo menos metade de seus membros com estado de saúde “regular”, “ruim” ou “muito ruim”
<b>3. Padrão de vida (dimensão ponderada em 1/3; cada indicador é igualmente ponderado em 1/15)</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Condição</b>
Adensamento excessivo no domicílio	Se a densidade domiciliar for superior a três membros por cômodo
Água limpa para consumo	Se o domicílio não for ligado à rede geral de distribuição de água
Sanitário Adequado	Se não possuir banheiro ou o banheiro for 1. fossa séptica não ligada à rede (coletora de esgoto ou fluvial); 2. fossa rudimentar; 3. vala ou 4. resíduos despejados diretamente em rio ou lago
Piso Adequado	Se o piso é de terra, areia ou esterco
Ativos	Se não possui pelo menos dois dos quatro itens: telefone fixo ou celular; geladeira; meio de transporte (bicicleta, moto ou carro).

Fonte: Adaptado de COSTA (2013).

As adaptações e modificações em relação ao IPM padrão são as seguintes: no que tange à dimensão Saúde, o indicador de Mortalidade Infantil utilizado, reconhece-se, é bastante limitado. Por dificuldade de identificar por meio do questionário da PAD aqueles domicílios em que pelo menos uma criança de até cinco anos de idade tenha falecido, considerou-se privados aqueles domicílios em que o último filho nascido vivo morreu antes de completar cinco anos. O outro indicador inserido na dimensão Saúde utilizado é Estado de Saúde segundo avaliação dos próprios indivíduos; são privados, nesse sentido, aqueles domicílios que possuem pelo menos metade de seus membros com estado de saúde “regular”, “ruim” ou “muito ruim”. Na dimensão Padrão de Vida, as principais diferenças em relação ao IPM padrão dizem respeito aos indicadores de Energia Limpa Para Cozinhar e Eletricidade. A justificativa se baseia no fato do estado de Minas Gerais já possuir praticamente a totalidade de seus domicílios com acesso a energia elétrica (99,29% dos domicílios, segundo o Censo 2010 do IBGE); e no fato do

combustível para cozinhar baseado em lenha/madeira ser uma tradição cultural no estado, para além de caracterizar uma possível privação. Foi considerado, ainda, um aspecto relevante no que diz respeito à noção de padrão de vida, que diz respeito à inadequação domiciliar: foi considerado inadequado ou privado o domicílio com adensamento excessivo de moradores. Na dimensão Educação, por sua vez, uma alteração foi realizada na faixa etária considerada no indicador Frequência à Escola; considera-se privado, portanto, domicílios em que pelo menos uma criança ou jovem entre 04 e 17 anos está fora da escola. Essa alteração justifica-se pela quase completa universalização do ensino básico no Brasil, e pelo fato do país ter assumido o desafio de tornar a escolaridade obrigatória, que antes era de 07 a 14 anos, para 04 a 17 anos (Emenda Constitucional nº 59/2009).

Além do estudo realizado por Costa (2013), utilizando a PAD-MG de 2011, Fahel et. al. (2014) também desenvolveram análise com o IPM a partir do mesmo banco de dados, porém utilizando diferentes indicadores. Uma vez que há diferenças nessa escolha, ainda que para um mesmo banco de dados, obviamente há diferenças nos resultados observados. A partir do índice implementado por Costa (2013), observou-se uma incidência da pobreza (*headcount ratio* - H) de 15,14%. Ou seja, foi possível afirmar, portanto, que em Minas Gerais cerca de 15% da população residia em domicílio privado multidimensionalmente, ou seja, era privada em pelo menos 30% dos indicadores selecionados. A Intensidade (A) média das privações foi de 36,82%, indicando que os indivíduos pobres do estado são privados em média em 36,82% dos indicadores considerados. Nesse sentido, o IPM encontrado foi de 0,0557 – que indica que 5,57% da população mineira é multidimensionalmente pobre, compartilhando 36,82% em média das privações consideradas.

Fahel et al. (2014) encontraram, por sua vez, uma incidência (H) de 6,06% de pobres segundo a concepção multidimensional, com intensidade (A) de 37,37% e IPM 0,023 ou 2,3%. Os resultados são consideravelmente distintos, principalmente no que tange à incidência da pobreza. Além das diferenças nos indicadores e critérios utilizados, uma outra explicação para a incidência relativamente inferior da pobreza segundo mensuração dos autores é o fato de terem utilizado um corte da pobreza de 33%, mais “rigoroso” na identificação de indivíduos multidimensionalmente pobres, no sentido de exigir que a proporção de privações para que um indivíduo seja considerado pobre seja maior do que o corte de 30% implementado no outro estudo.

**Tabela 2. Resultados distintos da aplicação do Índice de Pobreza Multidimensional em Minas Gerais, PAD 2011**

<b>Estudo</b>	<b>Incidência</b>	<b>Intensidade</b>	<b>IPM</b>
Costa (2013)	15,14%	36,82%	0,0557 ou 5,7%
Fahel et al. (2014)	6,06%	37,37%	0,023 ou 2,3%

Fonte: Elaboração Própria

O presente trabalho calcula novamente o IPM para o estado de Minas Gerais, atentando para as possíveis diferenças nas condições de pobreza multidimensional entre negros e não negros no estado. Este cálculo será atualizado a partir da utilização da Pesquisa por Amostra de Domicílio em sua última rodada, no ano de 2013, utilizando basicamente os indicadores do trabalho de Costa (2013)<sup>9</sup>.

Lembrando que os pesos são igualmente distribuídos entre os indicadores dentro de cada dimensão, e entre as três dimensões consideradas.

#### **4. RESULTADOS: O QUE A PAD 2013 DIZ SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM MINAS GERAIS – UM OLHAR SOBRE RAÇA E POBREZA**

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos a partir do cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais, a partir da Pesquisa por Amostra de Domicílio do ano de 2013. Ressalta-se que o caminho para a obtenção do IPM levanta uma série de outras informações valiosas acerca das privações e pobreza da população analisada. Sendo assim, essas informações, além do Índice em si, também são apresentadas e discutidas. Os dados são sempre expostos para a população de forma geral e de forma separada por raça autodeclarada dos indivíduos, de modo a apontar possíveis diferenças nas condições de indivíduos de raças diferentes.

É apresentada a proporção de indivíduos privados, por raça, no conjunto total da população (e não somente entre os considerados multidimensionalmente pobres), em cada um dos indicadores selecionados. A partir do cálculo do IPM, são expostos os fatores básicos que compõe o Índice, a saber (H) – Incidência da pobreza multidimensional na população total; (A) - Intensidade da pobreza entre os indivíduos identificados como multidimensionalmente pobres; e o próprio IPM - Índice de Pobreza Multidimensional; e será analisado como os valores diferem a partir da raça autodeclarada pelos indivíduos. São apontados ainda os resultados de

---

<sup>9</sup> A diferença para o novo cálculo diz respeito somente a dois indicadores: “Ativos”, na dimensão Padrão de Vida, que considera privado aquele domicílio que não possui pelo menos dois dos quatro itens: Telefone, geladeira, fogão, meio de transporte; e "Frequência à Escola", que a faixa de idade passou a ser de 04 a 17 anos.

Incidência (H), Intensidade (A) e IPM por região de planejamento, por raça, indicando diferenças entre as regiões de planejamento que compõem o estado. Por fim é realizada uma comparação entre a pobreza multidimensional e a pobreza identificada por linhas de pobreza pautadas na renda dos indivíduos da amostra selecionada, útil para identificar as limitações e potenciais de cada medida na identificação dos indivíduos pobres no estado de Minas Gerais.

#### 4.1. Análise descritiva da privação dos indivíduos quanto aos indicadores

Conforme apresentado na seção 3.4, a variável cor/raça é recategorizada de forma a excluir os valores para a raça amarela, dada o número pequeno de indivíduos autodeclarados amarelos na amostra. Por esse motivo, os valores encontrados para os indicadores calculados, separados por raça sem considerar os indivíduos amarelos, sofrem pequena alteração em relação aos valores que seriam encontrados para a população como um todo. Os resultados apontados, quando apresentados de forma geral e não por raça, são aqueles encontrados para a população como um todo.

Apresentada essa ressalva, na Tabela 3 a seguir está a proporção de indivíduos na população total que são privados em cada um dos indicadores selecionados, segundo a raça que se autodeclararam.

**Tabela 3. Porcentagem de indivíduos privados por Raça, MG, 2013**

Privação	Raça			Total
	Branca	Preta	Parda	
Escolaridade	8,43%	11,34%	8,12%	8,58%
Frequência à Escola	6,83%	7,74%	10,62%	8,72%
Mortalidade na Infância	0,17%	0,43%	0,23%	0,22%
Estado de Saúde	15,52%	17,43%	16,41%	16,13%
Água	6,89%	7,28%	8,37%	7,63%
Sanitário	18,44%	21,22%	22,91%	20,84%
Piso	0,04%	0,28%	0,38%	0,22%
Ativos	2,30%	6,13%	3,85%	3,42%
Adensamento Domicílio	3,79%	9,55%	7,29%	6,04%

Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

Observa-se que, de maneira geral, a privação mais recorrente entre os indivíduos é com relação a Sanitário adequado. Isso implica dizer que todas essas pessoas ou não possuem sanitários em seus domicílios ou possuem sanitários cujo escoadouro é feito por meio de fossa séptica não ligada à rede (coletora de esgoto ou fluvial); fossa rudimentar; vala; ou o escoamento vai direto para rios ou lagos. O dado aponta, portanto, para a urgência de maiores investimentos governamentais em saneamento básico. Ressalta-se, ainda, que essa privação é mais expressiva para indivíduos pretos e pardos. Para ambos os grupos, a incidência é acima da incidência média

para o estado. Ainda na dimensão Padrão de Vida, observa-se também incidência significativa da privação em relação ao acesso à água – em média 7,63% das pessoas são privadas do acesso adequado. E, em seguida, tem-se a privação em relação à própria situação de moradia, onde 6,04% residem em domicílio com mais de três pessoas por cômodo utilizado como dormitório.

Inserido na dimensão Saúde, observa-se que 16,13% da população mineira é privada em relação ao indicador Estado de Saúde; o que indica que é alto o número de pessoas que consideram estar com a saúde não adequada. Destaca-se a diferença dessa privação em relação a brancos (15,52%), pretos (17,43%) e pardos (16,41%).

Os dois indicadores da dimensão Educação, ainda, apresentam também uma realidade de privação expressiva para a população de Minas Gerais. Em média, 8,72% das pessoas residem em domicílios em que pelo menos uma criança ou jovem de 04 a 17 anos não está frequentando a escola. Essa proporção expressiva, em um contexto de universalização da educação básica no país, pode estar relacionada com a ampliação recente da faixa de escolaridade obrigatória, em 2009: anteriormente a faixa obrigatória era somente de 06 a 14 anos, idade em que, segundo inúmeras fontes, o ensino foi praticamente universalizado. Nesse sentido, essa ampliação da faixa etária de escolaridade obrigatória ainda não repercutiu na efetiva garantia de frequência à escola por parte das crianças menores de 06 anos e dos jovens maiores de 14 anos. Inclusive, parece haver um consenso sobre a realidade do ensino médio no Brasil, que apresenta altas taxas de evasão escolar. Esse indicador é ainda mais significativo para indivíduos pretos e pardos, que estão acima da proporção média de privação de frequência das crianças e/ou jovens à escola. A discrepância é ainda maior para o indicador de Escolaridade: em média 8,58% das pessoas em Minas Gerais residem em domicílios em que nenhum dos membros maiores de 15 anos possui escolaridade mínima de oito anos; porém, entre os indivíduos pretos, 11,34% possuem essa privação, frente a 8,12% dos pardos e 8,43% dos brancos.

No que se refere à proporção de indivíduos privados nos indicadores selecionados, segundo sua raça, observa-se que a proporção de indivíduos pretos e pardos privados em relação aos indicadores é quase sempre maior do que a proporção de indivíduos brancos privados. Somente no indicador Escolaridade a proporção de brancos privados é ligeiramente maior que a de pardos – o que merece investigação mais detalhada. Interessante observar, porém, que também há diferenças significativas entre a incidência de privação entre pretos e pardos, o que pode ser camuflado quando se agrega indivíduos pretos e pardos na categoria “negros”<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> O IBGE considera “negros” indivíduos que se autodeclararam pretos ou pardos, agrupando as duas categorias na

Para alguns indicadores, como Mortalidade na Infância, a incidência da privação em indivíduos pretos é mais que o dobro da incidência em indivíduos brancos, assim como para o indicador Adensamento de indivíduos no domicílio. Destaca-se ainda que quanto à privação em relação ao Piso predominante no domicílio, há uma proporção bastante superior de indivíduos autodeclarados pretos e pardos privados do que indivíduos brancos privados quanto ao mesmo indicador. Por fim, outro forte indício da diferença na incidência da privação em relação a cada um dos indicadores, por raça dos indivíduos, é o fato da proporção de indivíduos brancos privados ser sempre menor do que a proporção média de indivíduos privados em cada um dos indicadores – o que indica que a proporção de pretos e/ou pardos privados é que joga a proporção média para cima.

#### **4.2. Incidência (H) da pobreza multidimensional, Intensidade (A) média das privações compartilhadas pelos indivíduos pobres e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)**

Tendo sido apresentadas as proporções de indivíduos privados em relação a cada indicador, importa, nesse momento, apresentar as informações acerca da pobreza multidimensional, que considera a privação simultânea em relação a diversos indicadores.

Os dados da PAD 2013 apontam para uma Incidência da pobreza multidimensional na população de Minas Gerais de 8,06% de sua população. Isso quer dizer que é possível afirmar, com 95% de confiabilidade, que 8,06% dos mineiros residem em domicílios privados em pelo menos 30% dos indicadores selecionados (considerando seus respectivos pesos).

**Tabela 4. Incidência (H) da pobreza multidimensional, Minas Gerais, 2013**

Indicador	Média	Erro Padrão	[Intervalo de Confiança de 95%]	
Incidência (H) da pobreza multidimensional	8,06%	0,00387	7,30%	8,82%

Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

Embora utilizando indicadores ligeiramente diferentes, esse dado afirma uma tendência apontada por Fahel, Leite e Teles (2014) de diminuição da pobreza em Minas Gerais. Segundo pesquisa realizada por esses autores, com indicadores específicos escolhidos por eles, em 2009 a incidência da pobreza multidimensional era de 8,33% da população mineira e em 2011 a proporção da população pobre passou a ser 6,06%. Em Costa (2013), com indicadores semelhantes ao do presente estudo, identificou-se 15,14% de pobreza para a população de

maior parte das vezes nesse conceito.

Minas Gerais segundo a PAD 2011.

No que tange à Incidência da pobreza multidimensional por raça dos indivíduos, observa-se que dentre as três classificações, 9,74% dos indivíduos da raça preta são pobres frente a 8,27% dos pardos e 7,22% dos brancos.

**Tabela 5. Incidência da pobreza multidimensional por raça, Minas Gerais, 2013**

<b>Raça</b>	<b>Incidência</b>
Branca	7,22%
Preta	9,74%
Parda	8,47%

Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

Por sua vez, conforme apresenta a Tabela 6, abaixo, a intensidade da pobreza, que diz respeito à média de privações vivenciadas pelos indivíduos pobres, chega a 35,75% em Minas Gerais. Os pobres multidimensionais no estado, em outras palavras, são privados em média em 35,75% dos indicadores selecionados. A intensidade da pobreza por raça dos indivíduos não apresenta grande variação em relação a esse valor, sendo, porém, o menor valor encontrado para indivíduos pretos (35,19%) e o maior valor encontrado para os indivíduos pardos (35,98%), dado discrepante, visto que em geral pretos e pardos encontram-se em situação desfavorável em relação aos brancos e, mais, indivíduos pardos se encontram em geral em situação relativamente melhor que indivíduos pretos. É preciso investigar essa informação com mais cautela, visto que a diferença entre indivíduos brancos, pretos e pardos é muito pequena e pode não ser significativa.

**Tabela 6. Intensidade (A) média das privações compartilhadas entre os indivíduos pobres multidimensionalmente, por raça, MG, 2013**

<b>Raça</b>	<b>Intensidade</b>
Branca	35,63%
Preta	35,19%
Parda	35,98%
<b>(A) Intensidade Média</b>	<b>35,75%</b>

Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

Dados os valores de (H) e (A), temos um IPM de 0,0288 ou 2,88% que, refletindo as diferenças nos parâmetros já apresentados, difere relativamente de acordo com a raça dos indivíduos.

**Tabela 7. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), por raça, MG, 2013**

<b>Raça</b>	<b>IPM</b>
Branca	2,57%
Preta	3,43%
Parda	3,05%
<b>IPM geral</b>	<b>2,88%<sup>1</sup></b>

Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

Essas informações indicam que cerca de 13,8 milhões de mineiros são multidimensionalmente pobres, com intensidade de 35,75%. Ou seja, 13,8 milhões de pessoas são privadas, simultaneamente, em 35,75% dos indicadores considerados. A incidência da pobreza multidimensional é maior entre a população autodeclarada preta e a intensidade da pobreza é maior entre a população pobre de raça parda.

#### **4.2.1. Incidência da Pobreza Multidimensional por Região de Planejamento e por raça**

Outra análise possível, e relevante, diz respeito à forma como a pobreza se apresenta ao longo de regiões e territórios de um local definido – no caso, Minas Gerais. Nesse sentido, a Tabela 8 a seguir demonstra a Incidência (H) e a Intensidade (A) da pobreza multidimensional por região de planejamento<sup>11</sup> do estado de Minas Gerais.

Observa-se na Tabela 8 a seguir que há forte discrepância na proporção de indivíduos pobres por região, assim como, em cada região, a proporção de pobres segundo a raça também se diferencia. Ao passo que nas regiões Central e Alto Paranaíba há em torno de 6% de pobres, nas regiões Noroeste e Jequitinhonha/Mucuri a proporção de pobres está próxima de 13%.

---

<sup>11</sup> Desde 1995, o governo estadual utiliza, para fins administrativos, a divisão do estado em dez Regiões de Planejamento (ou Macrorregiões de Planejamento).



**Tabela 8. Incidência (H) e Intensidade (A) da Pobreza Multidimensional, por região de planejamento, por raça, Minas Gerais, 2013**

Região de Planejamento	Incidência por raça			(H) Total	Intensidade por raça			(A) Total
	Branca	Preta	Parda		Branca	Preta	Parda	
Central	5,35%	8,74%	5,92%	5,99%	35,65%	33,50%	37,21%	36,07%
Zona da Mata Sul	9,74%	8,25%	11,35%	10,19%	34,85%	37,32%	36,12%	35,67%
Triângulo	6,59%	12,09%	8,64%	7,70%	35,91%	33,56%	34,79%	35,20%
Alto Paranaíba	8,82%	7,48%	6,64%	7,76%	34,19%	34,36%	33,67%	34,00%
Centro Oeste	6,13%	6,14%	5,97%	6,08%	33,87%	36,32%	35,11%	34,54%
Noroeste	6,96%	12,62%	11,19%	9,21%	35,86%	33,56%	34,24%	34,78%
Norte	10,91%	18,00%	13,72%	12,87%	36,40%	39,10%	35,93%	36,39%
Jequitinhonha/Mucuri	10,22%	8,63%	8,94%	9,27%	37,02%	36,94%	36,54%	36,73%
Rio Doce	10,13%	18,72%	12,98%	12,73%	36,60%	37,55%	35,46%	36,12%
	8,37%	11,14%	11,92%	10,65%	36,79%	37,03%	36,06%	36,34%
	<b>(H)</b>			<b>8,06%</b>	<b>(A)</b>			<b>35,75%</b>

Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

Além disso, observa-se que a incidência da pobreza entre indivíduos pardos é maior em algumas regiões específicas, tais quais Noroeste (13,72%), Jequitinhonha/Mucuri (12,98%) e Rio Doce (11,92%); em todas essas regiões a incidência de pobres entre os indivíduos pardos é superior a 11%. Da mesma forma, a proporção de indivíduos pretos multidimensionalmente pobres chega a 18,72% na região Jequitinhonha/Mucuri e 18% na Noroeste. Além disso, há uma desigualdade bastante forte na região Centro-Oeste, em que pretos e pardos são desfavorecidos.

Ressalta-se que aonde há uma proporção maior de indivíduos brancos multidimensionalmente pobres, Triângulo e Norte, há também elevada proporção de indivíduos pobres sejam pretos ou pardos. Diferentemente, nas regiões Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste, por exemplo, a proporção de indivíduos pretos que são pobres é alta e bastante superior aos indivíduos autodeclarados de outras raças – o que aponta indícios de uma desigualdade relevante nessas regiões.

Uma questão relevante, por fim, é que há bastante variação na distribuição da pobreza por raça entre as regiões do estado, o que aponta à necessidade de averiguar a situação de cada região com mais cuidado a fim de proporcionar uma ação regionalizada, efetiva e eficiente.

Com relação à Intensidade da pobreza, o que chama mais a atenção, principalmente, são os valores da região Norte (36,73%), em que incongruente a intensidade se apresenta mais forte entre os brancos. Nas demais regiões a intensidade da pobreza é, em média, semelhante.

Por fim, o IPM desagregado por região (Tabela 9) aponta uma situação de pobreza bastante desfavorável nas regiões Noroeste, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce, com índices próximos

ou acima de 4%.

**Tabela 9. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), por região de planejamento, por raça, MG, 2013**

Região de Planejamento	IPM			IPM por região
	Branca	Preta	Parda	
Central	1,91%	2,93%	2,20%	2,16%
Zona da Mata	3,39%	3,08%	4,10%	3,63%
Sul	2,37%	4,06%	3,01%	2,71%
Triângulo	3,01%	2,57%	2,23%	2,64%
Alto Paranaíba	2,08%	2,23%	2,09%	2,10%
Centro Oeste	2,50%	4,23%	3,83%	3,20%
Noroeste	3,97%	7,04%	4,93%	4,68%
Norte	3,78%	3,19%	3,27%	3,40%
Jequitinhonha/Mucuri	3,71%	7,03%	4,60%	4,60%
Rio Doce	3,08%	4,13%	4,30%	3,87%
<b>IPM geral</b>	<b>2,88%</b>			

Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

Importa notar a discrepância do IPM para indivíduos pretos nas regiões Noroeste (7,04%) e Jequitinhonha/Mucuri (7,03%), que supera bastante o IPM de brancos e pardos. Na verdade, nas três regiões que apresentam maior IPM, Noroeste, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce, observa-se também um índice de pobreza multidimensional superior para pretos e pardos em relação aos brancos.

A explicação para as divergências entre os dados gerais e os dados separados por regiões podem se dar por inúmeros motivos; o que este estudo aponta, porém, é que de forma agregada, em que pese a incidência e/ou intensidade da pobreza multidimensional em algumas regiões serem maiores para os indivíduos brancos, a pobreza multidimensional é maior para pretos e pardos. Tendo em vista que a maior divergência de valores se dá para o parâmetro “incidência da pobreza”, e que nesse aspecto os pretos e pardos são desproporcionalmente afetados, no IPM (que é calculado a partir da Incidência x Intensidade) isso se reflete em um índice superior para pretos e pardos.

Todas essas informações são úteis, pois apontam que nas regiões mais vulneráveis do estado encontram-se grupos populacionais com uma vulnerabilidade relativa também bastante intensa, que não pode ser desconsiderada.

### **4.3. Pobreza Monetária x Pobreza Multidimensional**

A discussão teórica sobre as diversas definições de pobreza (retomada no Capítulo 2) no mais das vezes retoma como ponto de partida o conceito hegemônico, pautado na insuficiência de renda, para então propor outras definições ou mesmo reforçar a pertinência do conceito

monetário para definição do fenômeno.

Mais do que defender ou refutar a utilidade do que aqui está se chamando “pobreza monetária”, a presente seção busca apresentar as divergências na identificação da pobreza em Minas Gerais, segundo a raça dos indivíduos, a partir da utilização da métrica monetária em “comparação” com a medida multidimensional desenvolvida a partir da metodologia Alkire-Foster. Em que pesem as limitações intrínsecas a esse exercício, a combinação da análise de metodologias diversas sobre um mesmo fenômeno tem muito a acrescentar, tanto para a compreensão do mesmo quanto para a tomada de decisão em relação à sua superação. No que se refere à condição de pobreza por raça autodeclarada dos indivíduos, é possível identificar sob qual métrica a desigualdade identificada é maior, e em que medida, para os diferentes indivíduos.

As linhas de pobreza e indigência que estabelecem o limite de renda familiar per capita de R\$140,00 mensais para os pobres e R\$70,00 mensais para os extremamente pobres, são bastante utilizadas no Brasil, inclusive para a incorporação de indivíduos e famílias em diversos programas sociais. No entanto, há outras definições também muito recorrentes na identificação de pobres e não pobres, como as do Banco Mundial que atualmente considera indigentes aqueles cuja renda é inferior a U\$1,25dólar/dia e pobres aqueles cuja renda é inferior a U\$2 dólares/dia. Inclusive, a existência de inúmeras possibilidades para a definição de linhas de pobreza (e também de concepções mais amplas), e os diferentes resultados obtidos a partir de cada uma delas no que se refere à classificação de pobres e não pobres, só reforçam o enorme grau de arbitrariedade existente e inerente a qualquer definição de pobreza.

No que tange às linhas de pobreza e indigência do Banco Mundial, por serem estabelecidas em dólar, quando calculadas no Brasil sofrem forte oscilação à medida que o valor da moeda varia no país. Atualmente, a partir da conjuntura econômica brasileira, o dólar está bastante alto em relação a períodos anteriores, o que eleva as linhas de pobreza e indigência do Banco Mundial a valores superiores às linhas de pobreza e indigência brasileira, o que em geral não ocorria em momentos de estabilidade do dólar na economia do país. Costa (2013) faz uma análise semelhante à realizada nesta seção (comparação de linhas de pobreza com o IPM) e calcula os parâmetros do Banco Mundial com a cotação do dólar a aproximadamente R\$2,15; a cotação do dólar utilizada neste trabalho é R\$3,15<sup>12</sup>. Tendo em vista que o preço do dólar não acompanha necessariamente (ou exatamente) a inflação ou o poder de compra dos indivíduos, essa questão mais uma vez reforça as limitações da utilização dessas medidas para apontar a

---

<sup>12</sup> Referente à cotação do dia 05 de junho de 2015.

real insuficiência de renda dos indivíduos ou ainda a condição de pobreza dos mesmos.

Tendo sido apontadas as ressalvas necessárias, nesta seção são utilizadas as linhas de pobreza/indigência utilizadas pelo governo brasileiro e as linhas de pobreza/indigência do Banco Mundial. A seguir, na Tabela 10, apresenta-se a Incidência da pobreza e da Indigência segundo essas definições, por raça dos indivíduos.

**Tabela 10. Incidência da pobreza e indigência segundo diferentes linhas de pobreza monetária, MG, 2013**

Raça	Linha de pobreza e indigência Nacional		Linha de pobreza e indigência Banco Mundial		Incidência (H) da Pobreza Multidimensional k=30
	Pessoas com renda domiciliar per capita <\$140,00	Pessoas com renda domiciliar per capita <\$70,00	Pessoas com renda domiciliar per capita <U\$60,00 <sup>1</sup>	Pessoas com renda domiciliar per capita <U\$37,50 <sup>1</sup>	
Branca	14,00%	9,91%	18,76%	11,92%	7,22%
Preta	21,33%	13,99%	26,69%	18,41%	9,74%
Parda	21,15%	14,41%	28,13%	17,42%	8,47%
<b>Total</b>	<b>18,16%</b>	<b>12,48%</b>	<b>24,04%</b>	<b>15,22%</b>	<b>8,06%</b>

1. Considerou-se, para fins de cálculo, a cotação do dólar do dia 05 de junho de 2015, de R\$3,1506.  
Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

Observa-se que para todas as linhas de pobreza e indigência, assim como para a medida multidimensional, a proporção de indivíduos pretos que são pobres é maior do que a proporção de brancos pobres. Isso também é verdade quando olhamos para os indivíduos pardos: com exceção da medida multidimensional, a incidência da pobreza entre os pardos é superior à incidência da pobreza entre os indivíduos brancos. Nota-se também, como já apontado anteriormente, uma diferença relevante entre a incidência da pobreza entre pretos e pardos. Esse aspecto indica para a necessidade de uma atenção especial em relação à variável renda entre os indivíduos de raças parda e preta; afinal, a renda não pode ser analisada como um fim em si mesmo, mas continua sendo um meio para a obtenção e o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos na sociedade de mercado em que se vive hoje.

Outro ponto que merece destaque é a diferença nos valores de incidência de pobreza a partir da métrica monetária e da multidimensional. Como a medida multidimensional considera que o indivíduo para ser considerado pobre precisa ser privado, simultaneamente, em uma variedade de indicadores, é comum que a quantidade de pobres multidimensionais seja inferior à quantidade de pobres que assim são caracterizados “somente” por apresentarem baixa renda.

Tem-se que ambas as medidas, multidimensional e monetária, devem servir conjuntamente de

fonte de informação para a tomada de decisão do poder público. No que tange à incidência e a intensidade da pobreza, é possível identificar locais onde há maior número de indivíduos multidimensionalmente pobres e onde essa pobreza é mais intensa, refinando a análise a partir da identificação de desigualdades tanto na incidência quanto na intensidade da pobreza entre indivíduos pretos, pardos e brancos. Da mesma forma, é útil identificar as regiões onde a incidência da pobreza monetária é mais significativa e em quais regiões essa insuficiência de renda é mais severa, atingindo de forma diferenciada grupos distintos de raça. Essa complementaridade das medidas é essencial, visto que nenhuma delas, por si só, é suficiente para captar todos os âmbitos do fenômeno pobreza. Embora medidas multidimensionais possam analisar simultaneamente um maior número de aspectos, o IPM, por exemplo, não contempla ainda uma série de privações que vivem os indivíduos pobres e que, algumas delas, podem ser superadas em parte pela posse de uma renda suficiente – daí a medida unidimensional ser útil para complementar o IPM. Muitos outros aspectos, ainda, certamente ficarão de fora mesmo com a utilização das duas medidas – e por isso a necessidade de se aprimorar continuamente outras formas de mensuração, para complementar as já existentes.

#### **4.3.1. Diferentes domicílios pobres**

Uma outra discussão apresentada por Alkire e Santos (2010), diz respeito à identificação de quais domicílios são identificados como pobres por cada medida de pobreza – seriam os mesmos?

Nas palavras das autoras:

Em que medida são os mesmos domicílios os identificados como pobres utilizando-se duas diferentes formas de mensuração e em que medida essas diferentes formas identificam domicílios completamente diferentes como pobres? (Tradução própria) (p. 41)

Se o critério da renda e o IPM fossem perfeitamente correlacionados, a incidência da pobreza segundo ambos os critérios iria coincidir e, dessa forma, os mesmos domicílios seriam identificados como pobres ou não pobres. Em outras palavras, se todas as pessoas que apresentassem renda baixa também fossem privadas em uma série de outros indicadores considerados pelo IPM, todas as pessoas consideradas pobres por estarem abaixo da linha de pobreza determinada também seriam consideradas pobres pelo IPM. Ao contrário, o que parece haver é que nem todas as pessoas que estão abaixo da linha da pobreza são consideradas multidimensionalmente pobres; da mesma forma, nem todas as pessoas que são multidimensionalmente pobres possuem insuficiência de renda.

As implicações das diferenças entre diferentes indivíduos/domicílios considerados pobres a

depende da metodologia que se utiliza fica claro em um exemplo utilizado por Amartya Sen (2010) no clássico *Desenvolvimento como Liberdade*, ainda que para desenvolver outro argumento. O autor, a partir da comparação dos níveis de renda de diferentes grupos populacionais dos Estados Unidos, entre eles a população afro-americana e a população branca, observa que os afro-americanos são relativamente mais pobres monetariamente do que os estadunidenses brancos, mas ainda assim possuem renda muito maior do que habitantes da China ou do Kerala, na Índia (mesmo depois das correções para compensar as diferenças no custo de vida). Sen demonstra que, ainda que possuam renda maior, os homens afro-americanos têm chances absolutamente menores de alcançar idades mais avançadas quando comparados com os homens da China e do Kerala (Índia), além de sofrer outras privações que homens desses outros locais não sofrem, mesmo possuindo renda inferior. Ou seja, a partir de um índice multidimensional muitos homens afro-americanos poderiam ser considerados pobres, mas pelo critério da renda, não seriam.

Por meio da identificação dos indivíduos pobres e não pobres segundo os dois critérios – de renda e o multidimensional, é possível combinar os indivíduos em quatro subgrupos, quais sejam: 1. Não Pobres pelo critério de renda e Não Pobres multidimensionalmente; 2. Não pobres pelo critério de renda e Pobres multidimensionalmente; 3. Pobres pelo critério de renda e Não pobres multidimensionalmente e 4. Pobres pela renda e Pobres multidimensionalmente.

Essa seção apresenta inicialmente a proporção de cada subgrupo, a fins de identificar essas diferenças na mensuração de indivíduos pobres. Em seguida, essa divisão é realizada considerando a raça dos indivíduos.

Observa-se na tabela a seguir que para todas as linhas de pobreza utilizadas, obtemos diferenças significativas na identificação dos indivíduos que são pobres pela renda e/ou pobres multidimensionalmente.

**Tabela 11. Pobreza monetária x Pobreza Multidimensional em Minas Gerais, MG, 2013**

(A) Indivíduos com domicílio privado segundo critérios multidimensionais e/ou renda domiciliar per capita inferior a R\$70

Pobreza Multidimensional k>30	Renda Domiciliar Per Capita <R\$70,00		Total
	Não Pobre	Pobre	
Não Pobre	80,28%	<b>11,66%</b>	91,94%
Pobre	<b>7,24%</b>	0,83%	8,06%
Total	87,52%	12,48%	100%

(B) Indivíduos com domicílio privado segundo critérios multidimensionais e/ou renda domiciliar per capita inferior a R\$140

Pobreza Multidimensional k>30	Renda Domiciliar Per Capita <R\$140,00		Total
	Não Pobre	Pobre	
Não Pobre	75,06%	<b>16,88%</b>	91,94%
Pobre	<b>6,78%</b>	1,29%	8,06%
Total	81,84%	18%	100,00%

(C) Indivíduos com domicílio privado segundo critérios IPM e/ou renda inferior a U\$1,25/dia

Pobreza Multidimensional k>30	Renda Domiciliar Per Capita <U\$37,50		Total
	Não Pobre	Pobre	
Não Pobre	77,71%	<b>14,23%</b>	91,94%
Pobre	<b>7,07%</b>	0,99%	8,06%
Total	84,78%	15,22%	100,00%

(D) Indivíduos com domicílio privado segundo critérios IPM e/ou renda inferior a U\$2/dia

Pobreza Multidimensional k>30	Renda Domiciliar Per Capita <U\$60,00		Total
	Não Pobre	Pobre	
Não Pobre	69,52%	<b>22,42%</b>	91,94%
Pobre	<b>6,44%</b>	1,63%	8,06%
Total	75,96%	24,04%	100,00%

Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

Segundo Alkire e Santos (2010), os subgrupos (2) Não pobres pelo critério de renda e Pobres multidimensionalmente e (3) Pobres pelo critério de renda e Não pobres multidimensionalmente dizem respeito a erros de exclusão (Tipo II) e de inclusão (Tipo I), respectivamente. Ambos os grupos estão destacados em negrito em cada um dos quadros acima. Isso remete à discussão já apresentada anteriormente, a “renda”, quando tomada como principal

determinante da carência das famílias e uma forte candidata para medir a pobreza, é utilizada como *proxy* para identificar, na verdade, indivíduos que são pobres em inúmeros aspectos. Parte-se do suposto que bens e serviços em geral podem ser adquiridos através do mercado por meio de recursos monetários, e, por isso, a ausência de renda refletiria bem todas (ou quase todas) as carências dos indivíduos. É nesse sentido que Alkire e Santos argumentam que, se o indicador renda é utilizado como *proxy* para revelar indivíduos pobres em diversas outras dimensões (ou pobres multidimensionalmente), a diferença que existe, de fato, entre essa medida e o Índice de Pobreza Multidimensional corresponde à exclusão de pessoas multidimensionalmente pobres, que deixaram de ser consideradas pelo critério da renda (erro Tipo II), ou à inclusão de pessoas que não são multidimensionalmente pobres mas foram incluídas na classificação enquanto pobres pelo critério da renda (erro Tipo I).

Em todas os quadros reunidos na Tabela 11, é possível observar grande presença dos chamados erros Tipo I (inclusão) e Tipo II (exclusão). A maior parte, inclusive, dos indivíduos multidimensionalmente pobres não são considerados pobres segundo o critério da renda (exclusão – erro Tipo II), assim como a maior parte daqueles que são considerados pobres por insuficiência de renda não o são pelo critério multidimensional (inclusão – erro Tipo I). Por exemplo, no quadro (A), 11,66% dos indivíduos são considerados pobres por possuírem renda inferior a R\$70 mensais *per capita*, mas esses 11,66% não são considerados indivíduos pobres pelo critério multidimensional (erro de inclusão, tipo I). Da mesma forma, 7,24% dos indivíduos são multidimensionalmente pobres, mas não são considerados pobres pelo critério da renda (erro de exclusão, tipo II).

Uma tendência apresentada por Costa (2013), ligeiramente reforçada nos resultados acima, é a de que o erro Tipo II, de exclusão de indivíduos multidimensionalmente pobres pelo critério da renda, é maior para linhas de pobreza mais restritivas<sup>13</sup>, com valores monetários baixos. Isso se explica justamente pelo fato do IPM ser mais adequado à identificação da pobreza severa e indicaria que o IPM é realmente uma melhor medida para analisar a pobreza extrema do que as linhas monetárias de indigência. O maior erro Tipo II observado, nas tabelas acima, é o para a linha mais restritiva de indigência, a de R\$70/mês (quadro 11A). A diferença entre as linhas de pobreza, no entanto, não é tão significativa quanto a encontrada por Costa (2013)<sup>14</sup> pelo fato

---

<sup>13</sup> Restritivas no sentido de considerar um número mais restrito de pessoas como sendo pobres; nesse sentido, quanto menor o valor da linha de pobreza, mais restrita ela é.

<sup>14</sup> Neste estudo, foi encontrado maior erro Tipo II para as duas linhas de indigência analisadas – do Banco Mundial (R\$80,15 em valores daquele ano) e brasileira (R\$70) – e também para a linha de pobreza do Banco Mundial (R\$128,88), naquele momento com valor menor do que a linha de pobreza adotada no Brasil.



das linhas estabelecidas pelo Banco Mundial estarem com um valor alto graças à cotação do dólar no mercado brasileiro.

Por outro lado, da mesma forma, é possível identificar forte incidência do erro Tipo I, de consideração dos indivíduos que não são multidimensionalmente pobres como pobres pelo critério da renda, em todas as métricas unidimensionais. Mais uma vez, isso pode ser explicado pelo fato do IPM ser mais adequado à análise da pobreza severa, e como as linhas de pobreza estão com valores relativamente “altos” elas identificam como pobres indivíduos que já possuem acesso aos bens e serviços considerados pelo IPM, porém que possuem baixa renda. Costa (2013) observou maior incidência do erro Tipo I somente na linha de pobreza que estabelece o valor de R\$140/mês por pessoa, que, naquele momento, era a linha com um parâmetro mais alto em termos de renda per capita. Nas demais, houve predominância do erro Tipo II.

Alkire e Santos (2010), quando da comparação entre os indivíduos considerados pobres pelos critérios de renda<sup>15</sup> e do IPM em 18 países com diferentes níveis de desenvolvimento, concluíram que o erro de exclusão (porcentagem de indivíduos não pobres pela renda, mas pobres pelo IPM) é maior em países mais pobres, enquanto o erro de inclusão (porcentagem de pessoas pobres pela renda e não pobres pelo IPM) é maior para países menos pobres. Isso pode acontecer, segundo as autoras, em parte porque o critério da renda não considera o acesso a serviços básicos – o que inclui pessoas que têm acesso a esses serviços, nos países relativamente mais desenvolvidos, entre os indivíduos pobres somente porque possuem baixa renda. Por outro lado, em países menos desenvolvidos, o acesso a serviços básicos é mais restrito e o critério da renda não é capaz de captar as privações de acesso aos mesmos por parte dos indivíduos (erro de exclusão).

Em Minas Gerais, é possível levantar a hipótese de que os indivíduos pobres segundo as linhas de pobreza e indigência e não pobres segundo o critério multidimensional possivelmente acessam uma série de serviços e benefícios fornecidos pelo Estado e por isso não são privados multidimensionalmente segundo os indicadores considerados neste trabalho para o cálculo do IPM. Dessa reflexão, é possível apontar a possibilidade de, em estudos posteriores, ampliar o número e características das privações consideradas pelo Índice, uma vez que elas são inúmeras e poucas são consideradas pelo IPM. No entanto, outra possibilidade é reconhecer que inicialmente é mais importante desenvolver iniciativas que atinjam os indivíduos identificados

---

<sup>15</sup> As autoras utilizam a linha de indigência do Banco Mundial para tal estudo.

como pobres segundo o IPM, que não são poucos (cerca de 13,8 milhões no estado), para em seguida ampliar as privações consideradas.

Por fim, a Tabela 12 abaixo aponta o cruzamento entre indivíduos considerados pobres pelas métrica multidimensional e a linha de indigência utilizada no Brasil (renda per capita inferior a R\$70/mês), por raça autodeclarada dos indivíduos. A escolha dessa linha, em específico, dá-se pela pertinência de comparar o IPM a medidas que captam a pobreza extrema.

**Tabela 12. Pobreza monetária x Pobreza Multidimensional, por raça, em Minas Gerais, MG, 2013**

(A) Indivíduos, raça Branca, com domicílio privado segundo critérios IPM e/ou renda inferior a R\$70/mês

Pobreza Multidimensional k>30	Renda Domiciliar Per Capita <R\$70,00		Total
	Não Pobre	Pobre	
Não Pobre	83,30%	<b>9,49%</b>	92,78%
Pobre	<b>6,79%</b>	0,42%	7,22%
Total	90,09%	9,91%	100%

(B) Indivíduos, raça Preta, com domicílio privado segundo critérios IPM e/ou renda inferior a R\$70/mês

Pobreza Multidimensional k>30	Renda Domiciliar Per Capita <R\$70,00		Total
	Não Pobre	Pobre	
Não Pobre	77,22%	<b>13,04%</b>	90,26%
Pobre	<b>8,79%</b>	0,95%	9,74%
Total	86,01%	13,99%	100%

(continuação)

(C) Indivíduos, raça Parda, com domicílio privado segundo critérios IPM e/ou renda inferior a R\$70/mês

Pobreza Multidimensional k>30	Renda Domiciliar Per Capita <R\$70,00		Total
	Não Pobre	Pobre	
Não Pobre	78,28%	<b>13,25%</b>	91,53%
Pobre	<b>7,30%</b>	1,17%	8,47%
Total	85,59%	14,41%	100%

(D) Indivíduos com domicílio privado segundo critérios IPM e/ou renda inferior a R\$70/mês

Pobreza Multidimensional k>30	Renda Domiciliar Per Capita <R\$70,00		Total
	Não Pobre	Pobre	
Não Pobre	80,28%	<b>11,66%</b>	91,94%
Pobre	<b>7,24%</b>	0,83%	8,06%
Total	87,52%	12,48%	100%

Fonte: PAD 2013. Elaboração própria.

É possível observar que dentre os indivíduos pretos e pardos há maior porcentagem de indivíduos considerados pobres por insuficiência de renda e que não considerados pobres pelo IPM (erro de inclusão - Tipo I). Por outro lado, ambos os erros, de inclusão e exclusão de indivíduos no critério da renda, são bastante altos, o que aponta para uma definitiva disparidade na identificação dos indivíduos que são considerados pobres pelo critério do IPM e pela linha de indigência brasileira. Cabe, nesse caso, refletir sobre a pertinência de cada uma das métricas a depender contexto, visto que se torna difícil uma comparação sobre se cada medida identifica domicílios completamente diferentes como sendo pobres.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve estudo realizado não é capaz, por si só, de sintetizar toda a complexidade da pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais considerando a diferença na situação de indivíduos pretos e pardos em relação aos indivíduos brancos. No entanto, a partir dele, é possível tecer algumas considerações relevantes, passíveis de aprofundamento em estudos posteriores.

Inicialmente é importante, por si só, suscitar a discussão acerca das diversas formas de caracterizar indivíduos pobres e não pobres. Ou seja, a concepção de pobreza utilizada faz toda diferença tanto na identificação daqueles que são considerados como pobres, quanto na forma ou metodologia para mensurar a incidência e severidade da pobreza e, ainda, no embasamento de políticas públicas de superação da pobreza. A depender do conceito utilizado, as implicações são bastante diferentes tanto em relação aos resultados quanto em relação às alternativas para superação da pobreza.

Além disso, no que se refere aos resultados encontrados com o cálculo do IPM em Minas Gerais, considera-se importante a possibilidade de se identificar a incidência da pobreza e das privações em indicadores específicos, realizando ainda o recorte pela raça autodeclarada pelos indivíduos. Essa possibilidade aponta quais são as privações específicas compartilhadas entre os indivíduos pretos, pardos e brancos ao longo do território do estado, informações bastante úteis para tomadores de decisão.

Ressalta-se, inclusive, que a incidência da pobreza multidimensional foi bastante diversa nas dez regiões de planejamento consideradas, indicando que em determinadas regiões há uma desigualdade bastante forte, em outras a pobreza é significativa para indivíduos de todas as raças e, em outras (com menor ocorrência, porém), a realidade surpreende indicando indivíduos pretos e/ou pardos em condições melhores que brancos.

Outra consideração interessante é observar a diferença contundente de resultados obtidos a partir da utilização da métrica multidimensional e da métrica monetária, pautada somente pela informação da renda dos indivíduos. As linhas de pobreza monetária identificam um número maior de indivíduos pobres do que a medida multidimensional e, ao que tudo indica, identifica certos domicílios que não são considerados pobres segundo o IPM. Da mesma forma, muitos indivíduos considerados pobres multidimensionalmente não são considerados pobres pelo critério da renda. Esse fato indica que as métricas, muitas vezes, possuem funções diferentes – identificam diferentes domicílios pobres – e, por isso, podem e devem ser utilizadas de forma complementar. Num contexto de ausência ou fragilidade da ação estatal, somado à não

articulação do mercado, por exemplo, a métrica multidimensional pode ser mais interessante; enquanto que num contexto mais mercantilizado e de presença forte do Estado, a medida monetária pode ser mais importante, tendo em vista que a renda é um fator chave para a inclusão dos indivíduos na sociedade. Nesse debate sobre a medida mais adequada de pobreza, observou-se que em determinadas regiões do estado a pobreza multidimensional entre os indivíduos pretos e pardos é bastante forte (Jequitinhonha/Mucuri; Noroeste; Rio Doce; Centro Oeste), e, se destrinchada, pode ser a melhor métrica a apontar um diagnóstico em relação às privações desses indivíduos.

Reconhece-se, ainda, as limitações dos cálculos neste estudo realizados, que não esgotam a complexa condição desigual de pobreza vivenciada por indivíduos pretos e pardos, tal qual retratada amplamente na literatura. Aponta-se que para um estudo mais adequado, talvez seja importante a construção de um IPM específico, com indicadores específicos, para a identificação de desigualdades nas condições de pobreza entre indivíduos de raça diferentes (brancos, pretos e pardos). Ou seja, pode ser importante identificar, por meio de um estudo mais aprofundado na literatura que discorre sobre pobreza e raça, quais são os indicadores mais apropriados para mensurar a pobreza compartilhada por indivíduos de raça diferentes, visto que o “IPM padrão” (ou um IPM bem próximo do “padrão”) não captou tão adequadamente essas condições desiguais de pobreza, que a literatura a respeito de raça demonstra existir.

Por fim, se debruçar sobre o fenômeno da pobreza, o que de fato ela significa em termos das condições de vida das pessoas – de gêneros, etnias, raças, faixa etária distintas – e de suas privações, como ela afeta a vida e a relação dessas pessoas com as outras, com o ambiente e com o todo social, tudo isso é bastante relevante quando consideramos que pobreza diz respeito, dentre tantas coisas, a um *status* social bem específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade daqueles que vivem essa experiência, de forma, muitas vezes, a impedi-los de levar uma vida razoável, conforme eles próprios consideram razoável levar.

## BIBLIOGRAFIA

ALKIRE, S., FOSTER, J. E. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. OPHI (Oxford Poverty and Human Development Initiative), Working Paper 7, 2007.

ALKIRE, S., SANTOS, M. E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. OPHI working paper series, nº 38, 2010. Disponível em: [http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp38\\_with\\_note.pdf](http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp38_with_note.pdf).

ALKIRE, S., SANTOS, M.E., SETH, S., YALONETZKY, G. **Is the Multidimensional Poverty Index robust to different weights?** OPHI Research in Progress, 2010. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wpcontent/uploads/OPHI-RP-22a.pdf>.

BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Texto para discussão nº 1227, IPEA, 2006.

BRONZO, Carla. **Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo**. Planejamento e Políticas Públicas. n.35, p.120-159, jul-dez, 2010.

BRONZO, Carla. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. Tese (Doutorado), FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, dezembro de 2005.

CLARET, Antonio M. S. F.; ASSIS, Marcos Arcanjo de. **O índice de pobreza multidimensional como ferramenta para o diagnóstico e a elaboração de políticas públicas de bem-estar social**. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8660&Itemid=459](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8660&Itemid=459).

CLARET, Antonio M. S. F.; MOARA, Flora. **Índice De Pobreza Multidimensional: Uma Análise Comparativa da Construção, Gestão da Informação e Planejamento no México, Colômbia e Minas Gerais**. In: VII Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2014, Brasília. Disponível em: [http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1111/1/C7\\_PP\\_%C3%8DNDICE%20DE%20POBREZA%20MULTIDIMENSIONAL.pdf](http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1111/1/C7_PP_%C3%8DNDICE%20DE%20POBREZA%20MULTIDIMENSIONAL.pdf).

CLARET, Antônio M.S.F, SANDIM, Tatiana. **Um novo olhar sobre a pobreza: o Projeto Porta a Porta e o enfrentamento das privações sociais em Minas Gerais**. Cadernos Travessia. Belo Horizonte, p.10 - 14, 2011.

COSTA, Marcela M. **Concepções de pobreza e operacionalização do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais – um olhar sobre as Regiões de Planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri**. Monografia do curso de Administração Pública, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2013.

EXPERT GROUP ON POVERTY STATISTICS. **Compendium on best practices in poverty measurement**. Rio de Janeiro: Rio Group, 2006.

FAHEL, Murilo C. X.; LEITE, Guilherme P.; TELES, Letícia R. **Pobreza Multidimensional no estado de Minas Gerais: uma mensuração para além da renda**. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*. Brasília, DF, N. 8: Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p.50-69, 2014.

LAVINAS, Lena. **Pobreza: métricas e evolução recente no Brasil e no Nordeste. Seminário Internacional Desenvolvimento Regional Do Nordeste - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.** Recife, 13 a 16 de outubro de 2009. Disponível em: <http://fonseas.org.br/novosite/wp-content/uploads/2012/07/Pobreza-metricas-e-evolucao-recente-no-Brasil-e-no-Nordeste-Lena-Lavinas.pdf>.

MIDEPLAN - Ministerio de Planificación y Cooperación. División Social. Departamento de Evaluación Social. **Síntesis de los principales enfoques, métodos y estrategias para la superación de la pobreza.** Santiago de Chile, 2002.

OSORIO, Rafael G. **Desigualdade racial e mobilidade social no brasil: um balanço das teorias.** In: THEODORO, M. (Org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

PAIXÃO, Marcelo e CARVANO, Luiz (orgs). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008. Disponível em: [http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/Paginas/relatorio\\_2009\\_2010.aspx](http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/Paginas/relatorio_2009_2010.aspx);

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza.** SP: Cortez, 2003

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.** Disponível em: [http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD\\_HDR\\_2010.pdf](http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** 1ª reimpressão. SP: Companhia das Letras, 2010.

VAZ, Alexander C. N.; JANNUZZI, Paulo de Martino; SOUSA, Marconi F. de; **Pobreza multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI.** Estudo Técnico n.º 09/2014. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos\\_tecnicos/pdf/82.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/82.pdf).